

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**EDGAR RESENDE**

**TITULARIDADE DA TERRA: O SONHO DOS BENEFICIÁRIOS DO**  
**ASSENTAMENTO RURAL P.A. NOVA CACHOEIRINHA EM**  
**PRATA-MG**

**UBERLÂNDIA - MG**

**2022**

**EDGAR RESENDE**

**TITULARIDADE DA TERRA: O SONHO DOS BENEFICIÁRIOS DO  
ASSENTAMENTO RURAL P.A. NOVA CACHOEIRINHA EM  
PRATA-MG**

Trabalho apresentado a Universidade Federal de  
Uberlândia como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

**UBERLÂNDIA - MG**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**EDGAR RESENDE**

**Folha de aprovação**

**TITULARIDADE DA TERRA: O SONHO DOS BENEFICIÁRIOS DO**  
**ASSENTAMENTO RURAL P.A NOVA CACHOEIRINHA EM**  
**PRATA-MG**

Trabalho apresentado a Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

Aprovado em:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Curso de Graduação em Geografia - Uberlândia  
 Avenida João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: 34-3239-4169 - Bloco 1H01



### ATA DE DEFESA - GRADUAÇÃO

|  |  |                 |            |                       |                 |
|--|--|-----------------|------------|-----------------------|-----------------|
| Curso de Graduação em:                   | <b>GEOGRAFIA - BACHARELADO</b>   |                 |            |                       |                 |
| Defesa de:                               | <b>GGE047 - Trabalho Final de Graduação 4</b>  |                 |            |                       |                 |
| Data:                                    | <b>18/08/2022</b>  | Hora de Início: | <b>18h</b> | Hora de Encerramento: | <b>20h50min</b> |
| Matrícula do(a) Discente:                | <b>11611GEO235</b>   |                 |            |                       |                 |
| Nome do(a) Discente:                     | <b>Edgar Resende</b>   |                 |            |                       |                 |
| Título do Trabalho:                      | <b>"Titularidade da Terra: O Sonho dos Beneficiários do Assentamento Rural P.A. Nova Cachoeirinha em Prata-MG"</b> |                 |            |                       |                 |
| A carga horária curricular foi cumprida? | <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não   |                 |            |                       |                 |

Reuniu-se, utilizando a plataforma *Google Meet*, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Geografia, assim composta: Dr. João Cleps Júnior (IGUFU-UFU), orientador do candidato; Dr. Ricardo Luís de Freitas e Dra. Fabiana Borges Victor (PPGEO-UFU).

A defesa foi realizada virtualmente, conforme aprovado na 4ª reunião do Colegiado do Curso de Geografia, realizada em 25/07/2022.

Iniciados os trabalhos, o presidente da mesa, Dr. João Cleps Júnior, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato; agradeceu a presença do público, e concedeu ao discente a palavra, para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do curso.

A seguir o presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Terminada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato **APROVADO** com **NOTA: 90,0** (Noventa)

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados. Foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Cleps Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 18/08/2022, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Luís de Freitas, Usuário Externo**, em 18/08/2022, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Borges Victor, Usuário Externo**, em 18/08/2022, às 22:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edgar Resende, Usuário Externo**, em 18/08/2022, às 23:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3847058** e o código CRC **F83795DB**.

*Aos meus pais,  
que anseiam por dignidade na vida do campo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade que me foi dada, a oportunidade de vivenciar essa etapa tão importante e especial que é a graduação. Agradecer pela força de vontade e a saúde física e mental que me foi dada, agradecer pela oportunidade de conseguir chegar até aqui.

Agradeço também a minha família, meus pais, minha irmã, minha esposa e filhos, e amigos que proporcionaram esse momento tão especial e importante na minha vida.

Por fim, e muito mais do que importante e primordial, meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, o Prof. Dr. João Cleps Junior, um excelente profissional e pessoa, que me auxiliou e me ajudou a proporcionar essa etapa da minha vida.

*“A reforma agrária radical é a única que pode dar a terra ao camponês.”*  
- Che Guevara

## RESUMO

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é ponto chave para entender os conflitos que são inerentes a latente questão agrária que vive também o estado de Minas e todo o território brasileiro. No Triângulo mineiro temos diversos exemplos, de movimentos socioterritoriais representativa sendo uma região importante no que se refere ao assunto abordado. Assim, entendendo que há ainda uma lacuna aberta sobre este assunto na região apontada é que nosso estudo se insere. Foi estudado o Projeto de Assentamento (P.A) Nova Cachoeirinha criado em 2005 e localizado no município do Prata-MG. Esse assentamento foi escolhido primordialmente pelo fato de meus pais serem beneficiários e ter uma relação afetiva com o território. Dividimos o trabalho em três partes principais: a primeira parte finda em contextualizar a Questão Agrária e a luta pela terra no Brasil começando com as reviravoltas nos conflitos do campo no início do século XX até os dias atuais; a segunda parte do trabalho, vai contextualizar a luta pela terra já na escala estadual de Minas Gerais e da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba pensando nos movimentos socioterritoriais do campo mais presentes e o papel do Movimento Terra e Liberdade (MTL) neste cenário; e, por fim, a terceira parte que traz a realidade da luta pela terra no P.A Nova Cachoeirinha com os resultados de uma pesquisa feita com 14 famílias por meio de aplicação de entrevistas semi-estruturadas e análise alinhada com a metodologia quanti-qualitativa.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária; Assentamentos Rurais; Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba; P.A Nova Cachoeirinha; Prata-MG



## ABSTRACT

The Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba mesoregion is a key point to understand the conflicts that are inherent to the latent agrarian question that also lives in the state of Minas and the entire Brazilian territory. In the Triângulo Mineiro we have several examples, of representative movements being an important region with regard to the subject addressed. Thus, understanding that there is still an open gap on this subject in the region indicated is that our study is inserted. We will use the case of the Nova Cachoeirinha Settlement Project (P.A) in the municipality of Prata-MG. This settlement was chosen primarily because my parents are beneficiaries and have a very affective relationship with the territory. We divided the work into three main parts: the first part ends with contextualizing the Agrarian Question and the struggle for land in Brazil, starting with the upheavals in rural conflicts from the beginning of the 20th century to the present day; the second part of the work will contextualize the struggle for land at the state scale of Minas Gerais and the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba mesoregion, thinking about the most present socio-territorial movements in the countryside and the role of the Ground's an Free Movement (MTL) in this scenario; and finally the third part that brings the reality of the struggle for land in P.A Nova Cachoeirinha with the results of a survey carried out with 14 families through the application of semi-structured interviews and analysis aligned with the quantitative-qualitative methodology.

**Key-words:** Land reform; Rural Settlements; Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba; P.A Nova Cachoeirinha; Prata-MG.

## **LISTAS DE GRÁFICOS**

**Gráfico 1 – Minas Gerais – Número de ocupações e de pessoas por ano (1988-2019)**

**Gráfico 2 – Minas Gerais - Assentamentos rurais criados por ano, 1986-2019**

**Gráfico 3 – Permanência da população do P. A. Nova cachoeirinha**

**Gráfico 4 – População do P.A Nova Cachoeirinha por Gênero**

## **LISTA DE MAPAS**

**Prancha 1 – Minas Gerais: Índice de Gini da estrutura fundiária em 1993, 1998, 2003, 2011, 2012,2014 e 2018**

**Mapa 1 – Minas Gerais: Número de manifestações realizadas pelos movimentos socioterritoriais (por Município 2000-2018)**

**Mapa 02 – Triângulo Mineiro – Assentamentos rurais criados por município – 1986-2018**

**Mapa 3 - PA Nova Cachoeirinha georeferenciado (Prata-MG)**

**Mapa 4 - PA Nova Cachoeirinha (Prata-MG)**

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>12</b> |
| <b>1. QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: DO PERÍODO DA DITADURA AOS ANOS RECENTES.....</b>                               | <b>15</b> |
| 1.1. A questão da posse da terra na história do Brasil .....   | 15        |
| 1.2. Os conflitos no campo no período da Ditadura Militar (1964-1978) .....  | 18        |
| 1.3. A questão agrária no período pós-Constituição de 1988 .....   | 27        |
| 1.4. O Governo FHC e Lula: desafios e perspectivas da Reforma Agrária ().....  | 31        |
| <b>2. ASSENTAMENTOS RURAIS NO TRIANGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA.....</b>  | <b>34</b> |
| 2.1. Contextualização histórica da questão agrária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba .....   | 34        |
| 2.2. Territorialização das lutas dos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba .....       | 38        |
| 2.3. Os movimentos de luta pela terra no Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba: o caso do Movimento Terra Trabalho e Liberdade - MTL..... | 45        |
| <b>3. ESTUDO DO P.A NOVA CACHOEIRINHA EM PRATA-MG .....</b>  | <b>50</b> |
| 3.1. Caracterização do Projeto de Assentamento Nova Cachoeirinha .....   | 51        |
| 3.2. A relação entre o movimento político e as demandas do P.A. Nova Cachoeirinha.....   | 53        |
| 3.3. Lutas e permanência na terra no P.A. Nova Cachoeirinha.....   | 55        |
| 3.4. Desafios enfrentados no sonho da conquista da terra no P.A Nova cachoeirinha  | 59        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>62</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>64</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>   | <b>68</b> |

## INTRODUÇÃO

O território brasileiro tem configurado conflitos no meio rural ao longo do seu desenvolvimento. Além disso, uma inconclusa reforma agrária, que ainda é motivo primordial nos conflitos ainda latentes no campo brasileiro. A inequidade no acesso à terra no Brasil é que fomenta a organização de trabalhadores na luta pela terra que exige mudanças na estrutura fundiária e na distribuição de renda no País.

O estado de Minas Gerais se insere também neste contexto por estar alinhada a modernização tecnocrata conservadora. O avanço da fronteira agrícola vem se alastrando em Minas Gerais, o que conjura uma repressão da população pobre do campo. É possível afirmar que essa fronteira está já alcançando a Amazônia brasileira, mas ainda com diversas questões ainda inconclusas e gerando conflitos consideravelmente intensos. Assim, a luta pela terra por aqui tem um histórico já antigo e com números relevantes quando consideramos as manifestações, os acampamentos e assentamentos de reforma agrária como agentes territorializantes.

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é ponto chave para entender os conflitos que são inerentes a latente questão agrária que vive também o estado de Minas e todo o território brasileiro. A expansão do agronegócio e a resistência camponesa por meio da luta pela terra são pilares da estrutura agrária do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A reforma agrária por aqui, não foge a regra do Brasil, e é ainda compensatória. Alguns assentamentos territorializados para invocar um discurso que considera a necessidade da reforma agrária, mas não abre mão do apoio irrestrito ao agronegócio.

A resistência camponesa, organizada em movimentos, aponta para o conceito dos movimentos socioterritoriais do campo, que reivindica a reforma agrária popular. No Triângulo Mineiro temos diversos exemplos, de movimentos representativa sendo uma região importante no que se refere ao assunto abordado. Assim, entendendo que há ainda uma lacuna aberta sobre este assunto na região apontada é que nosso estudo se insere.

Nesta Monografia, analisamos o caso do Projeto de Assentamento (P.A) Novo Cachoeirinha no município do Prata-MG. Esse assentamento foi escolhido primordialmente pelo fato de meus pais serem beneficiários e ter uma relação bem afetiva com o território. Quando eu tinha seis anos de idade (2004), meus pais participaram de um movimento social que lutava em favor da Reforma Agrária, o Movimento, Terra, Trabalho e Liberdade (MTL).

Neste momento meus pais já moravam em beira de rodovia, lutando em prol do movimento, em busca de um imóvel próprio e de um espaço para trabalhar.

Em 2005, participamos da ocupação do imóvel que atualmente está sendo assentado, onde montamos uma comunidade com muitas famílias, buscando alcançar o mesmo objetivo, a posse da terra. As casas eram de madeira e lona, e não tinha saneamento básico. Em 2006, já com oito anos de idade, meus pais conseguiram a autorização para residir em nosso imóvel rural. A partir daí, foram anos difíceis, sem o devido saneamento básico, durante anos sem energia elétrica.

Uma das características do projeto de Reforma Agrária é a agricultura familiar. Com os conhecimentos rurais dos meus pais, produzíamos alimentos para comércio, e assim é a renda dos meus pais até hoje. Atualmente, com 22 anos de idade, considero o objetivo traçado pelos meus pais "quase" completo, pois o que falta para finalizar nosso objetivo é exatamente o título da propriedade, a realização do sonho da posse da terra. Foram anos de lutas, de superações, preconceitos... Mas nunca faltou determinação e vontade. Somos o exemplo de Reforma Agrária que deu certo! Isso me estimulou a usar essa experiência como campo de estudo para meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Ao longo dos anos de luta dos movimentos sociais "sem terra" em busca de uma moradia rural própria, a grande quantidade de obstáculos, desde a conquista da terra até ao benefício e direito da titularidade do imóvel rural, gerou-se a problemática sugerida para a discussão neste trabalho. Vários fatores determinam tal dificuldade, como a venda ilegal das dos lotes, pendências financeiras geradas através de benefícios disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) durante o processo de efetivação dos assentamentos etc. Neste caso vamos estudar o histórico e características do P.A Nova Cachoeirinha.

Neste sentido, dividimos o trabalho em três partes principais: a primeira parte busca contextualizar a Questão Agrária e a luta pela terra no Brasil começando com os conflitos do campo no início do século XX até os dias atuais; a segunda parte do trabalho, vai contextualizar a luta pela terra já na escala estadual de Minas Gerais e da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba pensando nos movimentos socioterritoriais do campo mais presentes e o papel do MTL neste cenário; e, por fim, a terceira parte que traz a realidade da luta pela terra no P.A Nova Cachoeirinha com os resultados de uma pesquisa feita com 14

famílias por meio de aplicação de roteiro de entrevistas semi-estruturadas e análise alinhada com a metodologia quanti-qualitativa.

## **1. QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: DO PERÍODO DA DITADURA AOS ANOS RECENTES**

Nesta seção vamos demonstrar os caminhos que foram determinantes para o cenário atual da questão agrária brasileira. Atualmente vivenciamos um contexto, ainda, de iniquidade ao acesso a terra e uma lenta reforma agrária que vem sendo conduzida de forma compensatória pelo Estado brasileiro. Tudo isso é fruto de um histórico de privilégios dados as grandes elites em detrimento dos trabalhadores rurais que sempre produziram e mesmo assim foram colocados em posições de subalternidade.

### **1.1. A questão da posse da terra na história do Brasil**

A posse da terra no Brasil está relacionada diretamente com o poder do proprietário e logo a questões territoriais. Para além do poder econômico, tem também o poder político de ser proprietário da terra. Quanto maior a propriedade, mais poder envolvido. O Embate relacionado ao acesso à terra no Brasil se tornou no século XX um grande embate, a partir das raízes concentradoras da estrutura fundiária e das contradições evidenciadas pela iniquidade do acesso a terra.

O Contestado<sup>1</sup> foi um movimento camponês tradicional marcou o conflito pautado na luta pela terra no Brasil. Este movimento foi motivado pela posição contrária à doação de terras para estrangeiros e obviamente, por isso nos é importante salientar, contra os grandes fazendeiros e companhias estrangeiras (IANNI, 2005). Este é o primeiro movimento preocupado com a oposição direta aos interesses do grande capital relacionada a distribuição de terra no Brasil.

O Estado a partir da década de 1930, que como já é conhecido historicamente, escolheu pela industrialização do Brasil. Aqui o modo de produção capitalista está se expandindo, especialmente o capital estrangeiro. Este processo se estendeu até os anos 1959 e

---

<sup>1</sup> A guerra do contestado (1912-1916) Foi um conflito ocorrido na fronteira dos estados do Paraná e Santa Catarina, por causa de disputas de terras na região. A região era contestada, por isso o nome da guerra, pelos dois estados, pois era rica em erva-mate e nela seria construída uma estrada de ferro, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Milhares de pessoas se deslocaram para a região, no intuito de trabalharem na construção da ferrovia. Logo após a inauguração, os trabalhadores ficaram desempregados, provocando uma crise social. Monges messiânicos surgiram e formaram comunidades com os sertanejos empobrecidos, sendo José Maria do Santo Agostinho o mais conhecido desses religiosos. A formação dessas comunidades preocupou o governo federal, que enviou várias tropas para a região, mas foram derrotadas pelos sertanejos. Após uma luta sangrenta, o governo derrotou os sertanejos, e os dois estados fizeram um acordo, estabelecendo os limites.

1960 em que as decisões sobre a política econômica governamental foram tomadas em função dos interesses e das perspectivas abertas à burguesia industrial (IANNI, 2005).

É a formação do capital industrial e seu desenvolvimento, que vai sobressair à vida urbana perante a vida rural. Segundo Ianni (2005) esta realidade foi materializada pela Revolução de 1930 que transferiu as forças políticas das burguesias agrárias estrangeiras para os grupos sociais que ascendiam na cidade: empresários industriais, classe média, militares, operários. Como afirma o autor criaram-se condições políticas que favoreciam a futura hegemonia do setor industrial sobre o setor agrário, especialmente na década de 1950. A Revolução de 1930 é acompanhada da reestruturação produtiva que há no Brasil com a crise da produção de café em 1929, tornando grande parte das oligarquias rurais em burguesias industriais (MARTINS, 2003).

No dado contexto os problemas sociais do campo se tornam maiores e os conflitos no campo se intensificam. Só houve transformação nos meios de produção que passaram a se organizar através dos complexos agroindustriais. Mantendo os problemas agrários que permeiam historicamente o campo brasileiro. Ganha destaque então a luta contra o latifúndio, por ter um processo histórico de ocupação de terras desigual. Aqui o grande problema agrário que se apresenta é o problema fundiário. O latifúndio é anterior ao contexto da industrialização/agroindustrialização, ele pode ter outras ou mais características, mas a grande propriedade sempre existiu no processo de ocupação e formação territorial do país.

Segundo Medeiros (1989) a ligas camponesas emergem no processo de modernização da agricultura, que antecedem a ditadura militar. Os movimentos sociais do campo surgem no rompimento entre o camponês e a propriedade capitalista. É preciso apontar que estes movimentos são diversos entre si a partir de suas demandas.

Deve-se ressaltar que na década de 50 e 60

“não só o debate sobre a extensão da legislação ao campo e sobre o direito de organização fez-se num ritmo extremamente lento, como dezenas de projetos de reforma agrária, de diferentes teores e graus de proximidade com as demandas ‘camponesas’ foram sucessivamente bloqueados no Congresso Nacional. (PORTOGONÇALVES, 1997, p. 87)

A bancada ruralista não existe há pouco tempo, e sua territorialização ocorreu a partir da forma em que se organiza o Estado brasileiro que historicamente é representado pelas classes dominantes crescentes gradualmente através do desenvolvimento do capitalismo moderno no campo.



Em um recorte compreendido entre os anos de 1945 e 1964 é visto como marco mudanças em diversos aspectos, sejam políticos, econômicos e sociais. Neste recorte é visto como um desenvolvimento industrial significativo, em contrapartida a agricultura não demonstrou um crescimento significativo, permanecendo voltada apenas para exportação (MEDEIROS, 1988).

O desenvolvimento do capitalismo moderno no campo acompanha processos bastante importantes de serem entendidos no sentido de desvendar a tão conflituosa questão agrária no Brasil. Este processo como afirma Porto-Gonçalves (1997) tinha o intuito de modernizar a agricultura tanto do modo de vista tecnológico como das relações sociais. A modernização das relações sociais estava muito ligada em reforçar a proposta de que a cidade é o espaço de reprodução da vida moderna e que o campo é o espaço de produção de matéria prima para a indústria. Isso converge diretamente com a proposição do fim processual do fim do campesinato.

É aqui que problematizamos o processo conhecido como Êxodo Rural. “O êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos camponeses - em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses - em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária - se iludissem com novos empregos e salários na indústria.” (STÉDILE, 2005, p. 31). Uma ideologia produzida pelo grande capital, como estratégia para enfraquecimento da reprodução da vida camponesa.

Os movimentos pela reforma agrária no Brasil são historicamente influenciados pela ideologia comunista. Influência dos movimentos pela reforma agrária na América Latina, sobretudo os vencedores, como no caso de Cuba e México (VEIGA, 1984). A exemplo disso é a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no fomento a germinação das movimentações dos trabalhadores rurais, muito fundamentados na luta de classes e combate a lógica burguesa da acumulação capitalista que emergia consideravelmente na primeira metade do século XX constituindo os primeiros embates entre a classe dominante e a classe das “massas exploradas do campo” (MEDEIROS, 1989).

Neste momento, como afirma Medeiros (1989), é revivido o conceito de campesinato, importante para entender a identidade que compõe o campo brasileiro e a classificar homogeneamente através da perspectiva da contracorrente ao desenvolvimento do capitalismo agrário no território brasileiro. É a partir dessa categoria, que será levantada a bandeira da reforma agrária, que entraria para a história.

Na entrada para década de 1960, a os posicionamentos marcados no Congresso Camponês em 1961 perante a proposta dos movimentos autônomos pela reforma agrária é referente a intensidade e radicalidade. Enquanto um enxergava a necessidade de medidas mais cautelosas, o outro imprimia a defesa pela reestruturação fundiária.

A igreja neste contexto é importante constar. O papel político e de organização protagonizado naquele momento pelos movimentos estudantis com vínculo cristão. A exemplo disso, a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Operária Católica (JOC) (GOHN, 2001). Tais movimentos objetivavam direcionar as lutas para as “necessidades gerais das massas”. Nesta perspectiva se voltam para o trabalho de sindicalização rural, tendo por horizonte a construção de uma nova sociedade, de perfil socialista.

Como afirma Veiga (1984), a luta pela reforma agrária se inicia através das organizações sindicais. Várias movimentações de outros grupos sociais do campo estavam se movimentavam a partir das suas reivindicações, mobilizados pelas organizações políticas de esquerda, representadas pelas forças sindicais. É a partir daí o que é criada a ideia por Martins (2003) como agentes de mediação. Para o autor, os grupos de mediação são “grupos e instituições, especialmente desvinculados do Estado, [...] que vem atuando de maneira significativa para viabilizar o protesto indígena e o protesto camponês” (MARTINS, 2003, p. 193).

Neste cenário já não tinha mais como negligenciar a existência de uma latente questão agrária. No início dos anos 1960, contexto que antecede o início do regime militar, o Brasil já viu crescer os conflitos no campo. Havia uma emergência dos movimentos camponeses ao mesmo tempo, a violência dos proprietários de terra, que não era fato novo na história do país, tornou-se mais dirigida, voltando-se contra algumas lideranças expressivas. De um lado, a grande diversidade de sujeitos e grupos sociais do campo que se mobilizaram na conscientização dos trabalhadores rurais sobre o direito de acesso à terra, pela existência do latifúndio, que se estruturava também oponente as movimentações presentes no dado contexto. (MEDEIROS, 1989)

## **1.2. Os conflitos no campo no período da Ditadura Militar (1964-1978)**

Os conflitos no campo brasileiro após o golpe militar de 1964 são importantes para compreensão das políticas públicas para a reforma agrária no Brasil. Ao mesmo tempo que

houve um distanciamento das demandas dos trabalhadores rurais, gerou marcas que são sentidas até hoje e precisam ser lembradas em estudos como este.

Em janeiro de 1964 surge a Confederação Nacional Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em abril acabam as ligas camponesas (PORTO-GONÇALVES, 2005; WELCH, 2006). “O golpe civil-militar de 1964 não poupou nem as lideranças das Ligas Camponesas nem as da CONTAG e dos sindicatos rurais” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 09). Estes sofreram repressão principalmente por darem uma nova cara para a reforma agrária, uma perspectiva contemporânea para a luta. Trouxeram à cena política nacional, novos protagonistas (PORTO-GONÇALVES, 2005) e, por conseguinte não se tratava de uma luta geograficamente local, mas expandiram a luta em escala nacional. Nesta perspectiva Martins (2003) reforça que

“a história contemporânea do país, sobretudo a que se desenrola a partir do golpe de Estado de 1964, que implantou por vinte anos uma ditadura militar, vem propondo que se examine a questão agrária e as lutas camponesas numa perspectiva compatível com a realidade histórica da sociedade brasileira” (MARTINS, 2003, p. 194).

Pois é partindo deste princípio, que identificamos a marginalização do campesinato e o combate deste intensificados. “A palavra ‘camponês’ é um termo político, pois ela é associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como ‘subversivo’ pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985” (WANDERLEY, 2015, p. 30). Este processo justifica o apagamento dos movimentos da luta pela terra na ditadura militar.

Martins (1985) identifica a figura do posseiro nesse contexto como “um personagem importante desse processo, por que ele é um excluído da propriedade da terra. [...] expulso pelos grileiros, pelos proprietários ou pelas empresas, recusou-se a aceitar a emigração para as cidades, e não foi absorvido como assalariado pelas fazendas” (MARTINS, 1985, p. 84). Enxergavam a luta pela terra como saída contra a miséria no campo. Forjam-se então identidades da luta pela terra. Essa análise considera a revisão feita por Martins (2003).

A Revolução Verde se tratou de um conjunto de inovações tecnológicas que permearam a agricultura e pecuária a fim de melhorar tais atividades. Essas inovações caracterizaram-se por conter um conhecimento técnico avançado, com cientistas empenhados em fortalecer as produções agrícolas. No entanto a revolução não trouxe apenas melhoras no campo da agricultura e pecuária. Algumas consequências negativas surgiram, como a dependência tecnológica dos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento para com os países desenvolvidos.

Este processo de modernização, em que o Brasil se coloca como subdesenvolvido que ocorreu durante o período da ditadura militar é conhecido como modernização conservadora. Esta modernização pautada na otimização da produção agrícola, como saída para a fome no país, propõe uma Revolução Verde frente aquela Revolução Vermelha (WANDERLEY, 2015). A autora se refere como Revolução Vermelha a expansão da reforma agrária socialista que era disseminada em países comunistas no período que tangia a Guerra Fria no mundo.

A Revolução Verde vista como uma estratégia contra a ascensão do comunismo no Brasil após o fim da segunda guerra mundial. A figura do camponês alinhada a Reforma Agrária radical é fortalecida neste contexto em resistência ao modelo de desenvolvimento da modernização conservadora. Tudo isso está associado a ascensão da mundialização do capital e a estrangeirização empresarial da terra no Brasil. Este modelo de desenvolvimento foi violento perante os defensores da reforma agrária revolucionária por se oporem a este processo.

A agricultura industrializada colocava as pautas dos movimentos sociais da luta pela terra em último plano. Segundo Pinto (1995) em 1964 fora feita a nomeação da primeira Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), criado no final do ano em que o governo militar foi instalado por diretriz do Estatuto da Terra. Como afirma Fernandes (2006) o Estatuto tinha o intuito de controlar os conflitos por terra, mas não fazer a reforma agrária.

O Estatuto da terra tinha o intuito de desenvolver a agricultura, principalmente no setor empresarial e capitalista de políticas agrícolas, no sentido que ele é criado como um marco de uma política de reforma agrária destinada a impulsionar o capitalismo no Brasil (STÉDILE, 2005).

“o Estatuto revela assim sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital. É um instrumento do cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseado nos incentivos à progressiva e ampla penetração do capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto em que podem transformar-se em tensões políticas.” (MARTINS, 1985, p. 35).

No governo militar já era pensado projetos de reforma agrária. No entanto, pensada de forma diferente aos interesses dos trabalhadores rurais. A reforma agrária revolucionária, em defesa da reestruturação fundiária e distribuição popular da terra, jamais seria defendida, vista a ideologia do Estado neste momento.

Como afirma Martins (1985) “o governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos” (MARTINS, 1985, p. 31). Ou seja, para o governo a participação popular na construção do planejamento para a reforma agrária era problemática. O que defendiam eram “novas” políticas agrícolas e o impedimento da disseminação ideológica dos sujeitos da luta pela terra (MARTINS, 1985, 2003).

Parte dos grupos que estavam a frente do IBRA, naquele período, fizeram abrir várias brechas a fim de relativizar a parte referente à política agrícola (PINTO, 1995). “Esta afirmação tem como fundamento o fato de que os membros do grupo de trabalho mais combativos e comprometidos com o projeto de reforma agrária foram marginalizados” (PINTO, 1995, p. 69). Por esta realidade firmada na diretoria do IBRA, o foco se distanciou da reforma agrária que era defendida pelos movimentos populares.

Quem se beneficia com o estatuto da terra não são os camponeses, mas sim a empresa rural o produtor de espírito capitalista. “O Estatuto revela assim a sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital” (MARTINS, 1985, p. 35). Serviu assim para implementação e manutenção burocrática do silenciamento dos sujeitos da luta pela terra e repressão à saída socialista da reforma agrária revolucionária.

O período da Ditadura Militar foi marcado por intensa repressão aos movimentos sociais. No governo Médici (1969-1974) é criado um terrorismo de Estado para lidar com a luta pela reforma agrária. Viam a reforma agrária como um problema técnico e militar e não como problema político. Apoiavam-se no banimento da atividade política no campo, excluindo a participação dos grupos populares e de oposição que se firmavam nas lutas camponesas. A resistência foi através do sindicalismo rural, na qual a CONTAG foi decisiva. É importante salientar que a perspectiva da CONTAG de reforma agrária era mais agressiva aos interesses do governo. Talvez por isso, a menor vitalidade dos sujeitos da luta pela terra, muito combatidos neste contexto.

Nestes tempos fora vivenciada abertura para compra de grandes extensões de terra por grandes multinacionais. “Graças às políticas de incentivos fiscais, grandes grupos financeiros, em especial do centro-sul, passaram a comprar imensas extensões de terra principalmente na região amazônica, mas não exclusivamente nela” (PORTO-GONÇALVES, 1997, p. 85). Aqui

a fronteira agrícola começa a se expandir para o interior do país com o crescimento do agrobusiness no Brasil.

Neste período, vale reparar que não há um modelo de exploração das terras estritamente econômico. O predomínio das grandes propriedades na ocupação das terras no interior do Brasil. “A questão agrária tornou-se uma questão militar justamente para que não se transformasse numa questão política” (MARTINS, 1985, p. 105). O combate aos sujeitos da luta pela terra se dava na expansão destas forças que fragilizou sua força.

Gorender (1994) defende a ligação entre o debate da década de 70 e o que se iniciara na década de 80, desenvolvendo uma visão própria da gênese do desenvolvimento capitalista no campo. O autor aplica à agricultura a definição de produção capitalista, qual seja, um modo de produção em que exista a subsunção real da produção ao capital em que a contradição fundamental do modo de produção é a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação, em que a contradição fundamental de classes se verifica entre operários assalariados e capitalistas.

A mobilização estava diminuindo, as perspectivas de uma reestruturação fundiária em curto prazo eram mínimas, faltavam empregos no campo, terra para produzir, comida na mesa (MEDEIROS, 1997). Consequência disso é que partir de 1970 o processo de êxodo rural se acentua. Os movimentos sociais foram silenciados. A violência aumentou. A Reforma Agrária não tinha força.

“No entanto, nem por isso o tema deixou de se fazer presente, pois era alimentado pela persistência da luta por terra e dos conflitos que se davam de forma dispersa e atomizada, fomentados por um ideal camponês que se configurava no modelo familiar de produção” (MEDEIROS, 1997 p. 26).

Estes sujeitos não estavam sozinhos. Uma articulação importante entre essas organizações e a Igreja é constituída, como frisa Fernandes (1999) embora a Igreja Católica tenha apoiado o golpe de 64, esta começa a mudar de posição a partir de 1973. Nas suas bases, alguns sacerdotes já se envolviam com o processo de resistência dos trabalhadores em torno da questão da terra. Sobre a importância disso, Martins (1985) afirma que pode ser constatada no aprofundamento do conflito entre a Igreja e o Estado, a ponto de que, até há pouco, além de trabalhadores rurais, havia sacerdotes cumprindo pena por causa de lutas pela terra.

Aqui então se encontra a viabilidade e necessidade do conceito dos agentes de mediação, que neste caso se encaixa na participação da Igreja Católica por meio de

organizações. Neste sentido Medeiros (1997) afirma que essa ação da Igreja teve papel central, em 1975, na criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo Poletto (2009) No interior da Igreja, a CPT articulava, assessorava e dinamizava os que realizavam trabalhos em favor dos camponeses e, mais amplamente, provocava as igrejas locais a assumirem organicamente a causa dos direitos dos camponeses em seu planejamento pastoral.

Em 1979, no 3º Congresso da CONTAG, os caminhos da reforma agrária a partir das demandas dos trabalhadores rurais, segundo Veiga (1984) tomaram um novo rumo. Aqui já notamos novos suspiros das movimentações em defesa da reforma agrária. As mobilizações das organizações sindicais e dos movimentos sociais estão fundadas no combate às reproduções sociais hegemônicas do capital no espaço são (re)criadas.

No mesmo sentido que isso ocorria, o Estado respondia com mais repressão. Entre 1º de janeiro de 1979 e julho de 1981, foram assassinados 14 líderes e agentes sindicais no campo, em todo o país, sem contar três líderes indígenas, metade dos quais na Amazônia<sup>2</sup>. A proporção de líderes sobre o total de assassinados por questões fundiárias aumentou nesse ano e meio. Para além, como ainda afirma o autor luta não era somente contra o Estado, que os silenciava diretamente, mas sim contra os grandes proprietários, grileiros e empresas rurais que neste momento tinham suas demandas aparelhadas ao Estado (Martins, 1985).

Identificando que o acesso a terra pela reforma agrária era necessário e uma demanda que não podia ser negligenciada, o Estado na segunda parte da ditadura militar, no início dos anos 1980 age no sentido de conter as desapropriações. “Claramente tais desapropriações tocam pontos sensíveis dos poucos aliados que está ao governo militar, como é o caso dos proprietários de terra” (MARTINS, 1985, p. 92).

Entretanto havia muitas questões em aberto, negligenciadas por todo o período que antecedeu a queda do governo militar, que já não tinham mais como ser. E a reforma agrária era uma delas. Os camponeses, vítimas do êxodo rural, que em grande parte estavam desempregados nas periferias pobres das grandes cidades brasileiras também tinham questionamentos. Os posseiros, extremamente atacados, marginalizados também. E a fome no campo ainda se alastrava. É aí, que estes sujeitos passam a se encontrar na luta pela terra.

Parece um pouco aberta esta forma de organização. “As condições sociais peculiares desses trabalhadores, segregados no espaço, numa relação de exterioridade com as causas da sua expulsão, dificultam a ampliação geográfica e social dos limites de tais conflitos”

---

<sup>2</sup> Medeiros (1989).

(MARTINS, 1985, p. 97). Ou seja, a segregação espacial destes sujeitos, no contexto da ditadura militar, que os organizam para a luta e os constituem enquanto sujeitos da luta pela terra. E frente aos desafios alcançados, centraram seus esforços na sua organização em movimento.

O processo de redemocratização que consiste na transição do regime militar para a democracia, implantado inicialmente pelo governo Geisel (1974-1979), vai ficar mais intenso esse processo no início da década de 1980 com a pressão dos movimentos sociais.

Com o golpe militar de 1964, tornou-se impossível promover ações reivindicatórias para desapropriação de terras (SIGAUD, 2009). No entanto, a primeira ocupação vitoriosa desdobrando na desapropriação ocorreu antes do fim do Governo Militar na fazenda Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 7 de setembro de 1979 (LOERA, 2009). Isso nos força a acreditar que a democratização do Brasil, foi um processo. Começou antes da queda do governo militar em 1985 e foi um processo ainda violento. “Para entender que o processo de redemocratização houve intensos conflitos [...] basta considerar que, entre 1980 e 1981, houve 197 mortos e 518 feridos na luta pela terra” (MARTINS, 1985 p. 91).

Neste processo de resistência e luta, foi determinante a ação dos agentes de mediação contrários à ideologia do Estado, que passam a se organizar, já prevendo o fim do governo militar. No começo dos anos 1980 começa a se articular no Rio Grande do Sul, uma ação coordenada de ocupação de terras ociosas por parte de trabalhadores autodenominados Sem Terra. A organização de ocupações que vão se espalhar por todo o Brasil vai dar origem ao MST (PINTO, 1995).

Percebe-se a formação da identidade da luta pela terra que germina o movimento, organizado coletivamente e por um objetivo comum. Os movimentos são expressões de contradições não resolvidas e de interesses sociais não atendidos (GRZYBOWSKI, 2004). Os interesses sociais não atendidos seria o cumprimento da função social da terra, e da efetivação da reforma agrária revolucionária que resolveria o problema de acesso à terra. As expressões do MST eram reivindicatórias materializadas na formação de acampamentos. Vale ressaltar que a partir dos movimentos, a reforma agrária popular sempre teve o caráter radical, mas a nomenclatura “popular” é mais atual como vamos citar mais a frente.

Tanto a CONTAG quanto o MST enxergavam a necessidade da reforma agrária. Até o Banco Mundial tem um projeto. Entretanto, todos estes seguiam por caminhos diferentes. Projeto político das grandes empresas ligadas ao banco mundial se fundava na



industrialização total do campo, reduzindo a participação do camponês no processo produtivo do pacote tecnológico. Projetos políticos da CONTAG e do MST se aproximavam pelas demandas voltadas para a classe trabalhadora rural, entretanto, em específico a CONTAG defendia maiores direitos aos assalariados rurais, e melhores condições de vida, e o MST, para além, defendia uma reestruturação fundiária fundada na concepção de “terra para quem nela trabalha”, a reforma agrária popular revolucionária. Neste sentido, ambas se distinguem em suas respectivas profundidades (GERMER, 2004).

O MST e a CONTAG seguem caminhos distintos “por afirmação identitária, pelo poder simbólico, enfim, pelo poder de representação política” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 08). Ainda segundo o autor, a CONTAG está muito mais próxima do trabalhador rural do que do camponês sem terra (PORTO-GONÇALVES, 2005). Consequência disso, a CONTAG se tornou menos territorial, por ser menos combativa e não defender as transformações profundas e necessárias no espaço rural brasileiro. Tratamos aqui do alcance em todos os estados e regiões (ALENTEJANO, 2006). A defesa aqui se pautava no cumprimento da função social da terra que é historicamente deslegitimada pelas ações concentradoras do Estado, que se intensificaram com a rápida modernização da agricultura extremamente excludente e desigual (GRZYBOWSKI, 2004). Entendendo que a terra tem uma função social e quem determina o cumprimento dela é o Estado, foi que a luta pela terra mirou na formulação e cumprimento das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Na década de 1980 a agricultura foi o setor que mais cresceu na economia brasileira prioritariamente a agricultura empresarial (GERMER, 2004), amplamente territorializadas pela disseminada modernização conservadora, que marca a consolidação do capitalismo no campo brasileiro. Ideologicamente estes grupos estavam representados por duas entidades: a Frente Ampla da Agropecuária Pecuária Brasileira (FAAB) criada em 1986 e a União Democrática Ruralista (UDR) criada em 1985. Como afirma Stédile (2005), a ação destas entidades tinha em sua centralidade, dificultar a efetivação do Plano Nacional da Reforma Agrária.

Estas organizações são conhecidas por institucionalizar a força política do agronegócio brasileiro. Germer (2004) nos ajuda a entender o papel da UDR no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. Segundo o autor

“a UDR permitiu que se tornasse evidente o fato fundamental de que a nova burguesia agrária brasileira é tão conservadora quanto o antigo patronato rural que é a sua matriz. Do ponto de vista político-

ideológico não há burguesia moderna na agricultura brasileira. Esta é a consequência necessária da via prussiana de desenvolvimento do capitalismo” (GERMER, 2004, p. 274).

E é neste embate que chegamos no ponto chave dos conflitos territoriais do campo. Frente à territorialização do capitalismo no campo brasileiro, territorializam-se também as lutas sociais no campo, sobretudo as da luta pela terra, na qual daremos devido enfoque, visto nosso objetivo já alertado.

A ação contra os sujeitos da luta pela terra no Brasil é extremamente violenta. A geografia dos conflitos do campo prova isso. Quem se preocupa com esse debate é uma geografia crítica e ligada aos movimentos sociais (ALENTEJANO, 2006). Estudo da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA) no início dos anos 1980 revelou a partir do mapeamento da violência no campo que havia conflitos pela terra em praticamente todos os estados brasileiros. Entre 1980 e 1981 um total de 1363 conflitos pela terra (467 em 1980 e 896 em 1981). A CPT publicou novos dados em 1986 que verificaram a existência de 86.854 famílias envolvidas em 768 conflitos. Até 1985 eram 216 mortos em conflitos pela terra (OLIVEIRA, 1988).

Sobre a constituição de 1988 a literatura já aponta consensualmente para uma derrota dos movimentos de luta pela terra (GRAZIANO DA SILVA, 2004; PACHECO, 2004; GRZYBOWSKI, 2004; MARTINS, 2003). Isso ocorreu por diversos motivos. Um deles foi a questão da propriedade produtiva que complica extraordinariamente o interesse real de mudança na estrutura fundiária no Brasil. Isso se dá pela impropriedade do termo “propriedade produtiva” que causa confusão e “esconde ainda uma armadilha legal e uma tática latifundista [...] e isso, é claro, nem todos os trabalhadores nem a racionalidade aceitarão” (GRAZIANO DA SILVA, 2004, p. 175). É por este interesse que nasce as reivindicações no âmbito estatal no pós constituição. Ainda segundo o autor “a questão principal - a propriedade ‘produtiva’ - já existe no Congresso Nacional projeto de lei, apoiado pelos trabalhadores, regulando esses dispositivos” (GRAZIANO DA SILVA, 2004, p. 177).

Outro motivo é a priorização de políticas agrícolas. Isso foi decisivo pois o empresariado via estas políticas diretamente a favor da sua territorialização no campo brasileiro, marginalizando os sujeitos da luta pela terra a nível do processo produtivo (PACHECO, 2004). Este embate fez disseminar a ideia de que a Reforma Agrária era algo ultrapassado e o importante era mesmo a modernização do campo e otimização da produção.

Mas a derrota da luta pela terra não foi de zero. Alguns avanços foram possíveis. Sobre isso Graziano da Silva (2004) lista algumas vantagens:

- “a) deu pela primeira vez na história constitucional, um tratamento diferenciado à Reforma Agrária, dedicando-lhe capítulo especial;
- b) trouxe para o texto a explicitação da função social;
- c) criou o instituto da Perda Sumária para as glebas que cultivarem plantas psicotrópicas;
- d) determinou a reavaliação de todos os incentivos fiscais;
- e) dispôs sobre a demarcação das terras públicas dentro de cinco anos;
- f) obrigou a revisão, dentro de três anos, de todas as concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares realizadas no período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 1987.” (GRAZIANO DA SILVA, 2004, p.176)

Por estes avanços que se acirraram os conflitos por terra, no sentido em que as elites agrárias não cederam nem mesmo a legislação, um marco para os sujeitos da luta pela terra. Apesar de apoiada por mais de um milhão de eleitores que subscreveram a Emenda Popular com o maior número de assinaturas dentre todas apresentadas à Constituinte, a Reforma Agrária não conseguiu vencer os bois da União Democrática Ruralista (UDR) (GRAZIANO DA SILVA, 2004).

Em 1988 a estrutura fundiária no Brasil indica para, além da violência contra os sujeitos da luta pela terra, a concentração fundiária. No ano da aprovação da última constituição 10% dos imóveis rurais ocupam 79% das terras, enquanto 90% estão espremidos em apenas 21% do total, deste 1% dos maiores, ocupam quase a metade da superfície total (46,9%) e forte presença de grupos econômicos dos setores bancário, industrial e agropecuário, acumulando reservas de terra (85%) consideradas legalmente como latifúndio (SILVA, 2004).

### **1.3.A questão agrária no período pós-Constituição de 1988**

Quando reivindicam o direito de produzir e a função social da terra, são reprimidos. A presença dos trabalhadores sem terra é então resultado da modernização conservadora e sua revolução verde que acentua as divergências referentes ao acesso à terra no Brasil (PORTO-GONÇALVES, 2005).

No entanto não se deve negar que o processo de redemocratização, juntamente com a constituição de 1988, foi determinante para a reemergência dos movimentos sociais consequência direta do artigo que garante a desapropriação de terras que não cumprem sua

função social (LOERA, 2009). De 1985 a 1990 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) dá início à elaboração do Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra, e prevê o assentamento de 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) famílias. Pinto (1995) que o projeto apresentado pelo Incra ao chegar na mesa do presidente, “sofre algumas mudanças radicais, por um lado indicam um enorme recuo e, por outro, tornam inviável a concretização das metas” (PINTO, 1995, p. 74). Neste contexto, como na atualidade, os interesses defendidos na esfera estatal se alinham com os da bancada ruralista, fortemente articulada.

Esta conjuntura determinou consideravelmente as metas executadas pelo Governo Sarney. Perante as metas programadas do 1º PNRA, o Plano foi muito abaixo do esperado. As metas programadas eram de 1.400.000 famílias assentadas e 43.000.000 hectares de área desapropriada. As metas executadas foram de 90.000 famílias e 4.500.000 hectares respectivamente (PINTO, 1995).

O INCRA teve posições contraditórias no final dos anos 1980 e início da década de 1990. Isso se deve à diversidade ideológica dos membros do instituto, uns defendendo ferozmente a redistribuição da terra pela reforma agrária, e outros claramente opostos (PINTO, 1995). O Governo Sarney que havia declarado apoio a reforma agrária que assegure terra para quem nela trabalha, propôs o 1º PNRA sentiu o poder das forças hegemônicas e voltou atrás. Entretanto avanço da luta pela terra no Brasil tem mantido a reforma agrária na pauta política do Estado (FERNANDES, 2006).

A constituição de 1988 foi progressista até onde não afetaria os privilégios das elites, especialmente no campo, e desse modo manteve a estrutura fundiária, e não resolveu o problema de acesso a terra. “Não mais representadas apenas no antigo latifúndio personificado nos velhos ‘coronéis’, mas a ‘burguesia territorializada’ que emergiu no processo de modernização conservadora no campo, sobretudo nos anos da ditadura militar” (PACHECO, 2004, p. 203). A questão agrária contemporânea tem novos atores defensores do latifúndio, como a UDR, sobrando para os sujeitos da luta pela terra reinventarem seus movimentos para se territorializarem.

No contexto da redemocratização a reforma agrária para os movimentos deve ser um projeto de promoção das mudanças tanto no campo (estrutura da posse e uso da terra, tecnologia adotada, produtos, formas de organização), como nas estruturas econômica, política, e cultural da sociedade como um todo (GRZYBOWSKI, 2004). Acreditamos que

seguir por este projeto seria o mais viável para redução da pobreza e desigualdade no campo. Vale ressaltar que é necessária a adesão do projeto em nível estatal. No final do século XX vivenciavam a modernização da violência do campo. O trabalho escravo é agenciado por grandes organizações financeiras, e a presença dos tradicionais capangas e jagunços foram substituídos pelas firmas de segurança (PORTO-GONÇALVES, 1997).

A partir do dado contexto as reivindicações advindas destes agricultores em sua diversidade unidos pelos processos de exclusão causados pela modernização conservadora no campo brasileiro se intensificaram. Neste sentido, em 1994, Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que operava basicamente com crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Estado no governo Collor vivenciava expansão do neoliberalismo, que ideologicamente não priorizavam a Reforma Agrária, mas sim a reprodução ampliada do capital. O Programa de assentamentos foi paralisado, pois o governo era contra a Reforma agrária, ainda mais com o apoio de ruralistas no Congresso Nacional, vulgo UDR. O Estado no governo Collor vivenciava expansão do neoliberalismo, que ideologicamente não priorizavam a Reforma Agrária, mas sim a reprodução ampliada do capital. O Programa de assentamentos foi paralisado, pois o governo era contra a Reforma agrária, ainda mais com o apoio de ruralistas no Congresso Nacional, vulgo UDR. Isso condicionou uma reforma agrária alinhada ao mercado (OLIVEIRA, 2001).

A valorização das unidades produtivas familiares aconteceu em duas escalas: (1) Internacional nos países de capitalismo consolidado e (2) Regional elencando as possibilidades de uma maior valorização dessa categoria internamente. Os movimentos são cíclicos (GRZYBOWSKI, 2004), e se reinventam buscando sua espacialização e territorialização. As lutas sociais no campo se pautam na oposição ao padrão de desenvolvimento vigente.

A luta materializa reivindicações e demandas negligenciadas historicamente pelos grupos dominantes territorializados no Estado. “Os movimentos populares rurais, ao constituir os trabalhadores rurais em reais sujeitos políticos coletivos, com poder de contestação do poder e domínio exercido pelas velhas forças agrárias, minam por dentro de um dos pilares do autoritarismo no Brasil (GRZYBOWSKI, 2004, p. 293). A atualidade traz para nós grandes desafios ao pensar o problema do acesso a terra, haja vista a complexidade das relações sociais no campo brasileiro.

É preciso pensar políticas que dialoguem com as demandas atuais, não mais com a reforma agrária defendidas na década de 1980. É preciso pensar um campo com novos significados. A modernidade de conquista e destruição que vem conformando historicamente o território e sua realidade agrária “expulsando do campo milhões de famílias de trabalhadores rurais e desestruturando espaços sócio-econômicos-culturais de populações tradicionais” (PACHECO, 2004, p. 206). Atualmente como afirma a autora têm sido recorrentes as críticas aos custos sociais perversos da modernização conservadora da agricultura: crescimento da concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos empregados, contração de renda (PACHECO, 2004).

“É nesses marcos ideológicos e políticos que se desenvolverá uma profunda transformação socioespacial do país, conhecida como modernização conservadora, cuja compreensão, tanto do ponto de vista político como do tecnológico, ambos profundamente ideologizados pela guerra fria, é fundamental para entendermos a importância do MST e de todo o seu potencial emancipatório na nova configuração da questão agrária para o planeta e a humanidade” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 09)

Está aqui a centralidade da luta contra o capitalismo moderno no campo que é motivada na cada vez mais urgente emancipação dos camponeses através da posse da terra, que só é possível através da reforma agrária. “Diluída sua identidade de sujeitos políticos, sociais e econômicos em luta, fala-se dos ‘pobres do campo’, atribuindo-lhes falta de racionalidade, atraso, baixo desempenho econômico, pouca participação no PIB, etc.” (PACHECO, 2004, p. 214). O MST representa nacionalmente a resistência a este processo. Não podemos desconsiderar as pedras no caminho, sobretudo as colocadas ideologicamente. E é na superação dos desafios que os movimentos de luta pela terra resistiram e ainda territorializam sua luta.

A luta pela terra no Brasil se mostra ainda latente e combativa, haja vista a inconclusa reforma agrária e a questão agrária que ainda assombra o rural brasileiro. Temporalmente é notório que a organização dos movimentos de luta pela terra vai se (re) estruturando e inserindo demandas apontadas pelos sujeitos que constroem este processo. No embate entre as forças políticas, novos e antigos sujeitos têm incorporado em suas lutas novos conteúdos e novas propostas em suas estratégias (PACHECO, 2004).

A reforma agrária é o tipo mais efetivo de ocupação popular da terra. Fazendo um balanço do estatuto da terra, Pinto (1995) aponta que há uma descontinuidade nos projetos de assentamento, falta crédito, e apoio técnico estatal. Entretanto ele finaliza afirmando que

“apesar de todos os obstáculos citados acima, a maioria dos assentamentos apresenta um balanço positivo para as famílias beneficiadas, que se encontram em situação significativamente superior à anterior e também quando comparadas com qualquer outra categoria de trabalhadores rurais no campo” (PINTO, 1995, p. 83)

A organização da luta no acampamento se torna mais complexa a partir das trocas e das redes sociais criadas (LOERA, 2009). A luta pela terra é historicamente marginalizada e perseguida. A violência vinda tanto do Estado, quanto das “forças armadas” do latifúndio atinge e é reproduzida em resistência. Antes de continuar é preciso lembrar que o momento do acampamento na luta pela terra se refere a reivindicação da terra por meio da ocupação em que o Estado, juridicamente, ainda não distribui a terra aos ocupantes ou acampados.

#### **1.4. O Governo FHC e Lula: desafios e perspectivas da Reforma Agrária ()**

No governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o neoliberalismo experimentou franca expansão. O campo brasileiro não fugiu deste processo. O governo FHC incentivou a abertura dos mercados brasileiros ao capital estrangeiro, privatização de empresas estatais, bem como incentivo às exportações agrícolas em função das demandas do mercado externo, deixando de priorizar a produção de alimentos para o mercado nacional.

Na primeira parte do seu governo os conflitos no campo aumentaram consideravelmente com destaque para as ocupações de terra. Uma resposta ao massacre de Eldorado Carajás de 1996. Em seu segundo mandato foi implantada uma ampla política de política de assentamentos rural com o intuito de acabar com os problemas fundiários (FERNANDES, 2003). Entretanto, é preciso afirmar que dificilmente os diferentes governos brasileiros tiveram a intenção de acabar com os problemas no campo, mas sim amenizar e até mesmo “disfarçar” a questão agrária do país.

Neste mesmo contexto, o PRONAF foi instituído como política pública para a agricultura familiar no 1º mandato de FHC. Em um primeiro momento esta política se alinha ao neoliberalismo. Alguns estudos do INCRA foram feitos para chegar a essa política na perspectiva da importância econômica da produção familiar para economia do país chegando

à conclusão que 75% dos estabelecimentos rurais no Brasil são familiares, impedindo a negligência desse setor (ORTEGA, 2003).

O PRONAF vem como característica principal fornecer financiamentos para agricultores considerados familiares se adequando a exigências propostas para se adequar a categoria que surgia no campo brasileiro. Segundo Lamarche (1997) para ser considerado um agricultor familiar era necessário se adequar ao que estava proposto nos documentos oficiais em que a unidade de produção agrícola tivesse propriedade e o trabalho ligados intimamente a família.

Em 2003, com a posse do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, há um aumento significativo nas famílias em acampamentos haja vista a esperança da reforma agrária revolucionária pelo caráter ideológico do governo. As expectativas eram maiores do que o caráter revolucionário do governo. A reforma agrária revolucionária não aconteceu e deu mais espaço (e territórios) para a reforma agrária de mercado. Neste sentido, na desesperança refluí até 2010 a quantidade de famílias em ocupações.

A Reforma Agrária de Mercado é um modelo promovido pelo Banco Mundial aplicado em países “em desenvolvimento” com grande concentração fundiária, inclusive o Brasil, “reconhecido internacionalmente pelos problemas históricos de distribuição de terras”. Neste modelo, não há desapropriações. O Estado atua na operacionalização do acesso à terra através de financiamento para compra e venda de caráter voluntário, em que os proprietários são pagos em valores de mercado e à vista. Consiste na elaboração de políticas agrárias em consonância com medidas neoliberais (SAUER, 2006).

Com um discurso conciliador, Lula teve como principal política de Reforma Agrária a, a revitalização dos assentamentos que até então haviam perdido sua relevância. No entanto, tiveram como barreira a Reforma agrária compensatória que já era praticada por como uma política consolidada de Estado (FERNANDES, 2003).

A partir daqui começa a crescer uma disputa teórica sobre tal temática. Uma perspectiva coloca a produção camponesa na qual o camponês gradativamente se transformaria em agricultor familiar e o segundo considerando-a como resultado do processo de modernização agrícola.

Sobre o conceito de agricultura familiar, Lamarche (1993) afirma que corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade, trabalho e família formam uma tríade.



Essa relação traz noções abstratas e complexas a respeito da transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração em um viés familiar. Assim se estabelece uma discussão sobre a diferenciação entre agricultura camponesa e familiar. Para Wanderley (1996) o que determina a agricultura camponesa não é sua dimensão, mas suas intenções internas e externas. Ainda segundo a autora, o modelo de agricultura camponesa teve de se adaptar à sociedade contemporânea, período de relações globalizadas e formação de grandes cidades.

Pelo viés da questão política da questão agrária brasileira, Fernandes (2004) traz os conceitos de camponês e agricultor familiar, considerando que o camponês pressupõe mais um exercício político e ideológico do que aspectos econômicos. Neste sentido para a reforma agrária que fora aplicada no governo lula alinhado ainda a uma perspectiva do mercado foi considerado mais os aspectos econômicos pendendo para o lado do agricultor familiar que tem sua categoria priorizada para os objetivos do trabalho.

## **2. ASSENTAMENTOS RURAIS NO TRIANGULO MINEIRO/ ALTO PARANAIBA**

Nesta seção vamos tratar do processo de resistência enfrentado pelos movimentos de luta pela terra no Brasil que estão historicamente comprometidos com a reforma agrária em Minas Gerais em específico as regiões do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. Essa região tem em si uma questão agrária bastante comum para o espaço agrário como veremos mais a frente inclusive no Projeto de Assentamento Nova Cachoeirinha que é o recorte proposto neste trabalho.

### **2.1.Contextualização histórica da questão agrária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**

A mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é tida como a de maior número de conflitos por terra do Estado de Minas Gerais. A luta pela terra é incidente em todo o cerrado mineiro, envolvendo uma série de agentes que, mais ou menos articulados, dimensionam a reforma agrária, ampliam as suas experiências e territorializam as suas lutas, na conquista dos assentamentos rurais. Esse processo tem raízes históricas. (GOMES, 2004)

Sobre a questão agrária mineira Vieira (2014) sintetiza bem ao comentar que

“a atual configuração territorial de Minas Gerais está principalmente ligada às ações geopolíticas desempenhadas por grupos sociais que obtiveram maiores poderes econômicos e políticos, no processo histórico de instrumentalização do Estado e de disputas pelo uso do território. Os grupos dominantes, formados pelas burguesias agrária, política e tecnocrata, ocuparam as instâncias do Estado, sobretudo a partir dos anos 1930, com objetivos de planejar e ordenar o território mineiro às demandas do desenvolvimento capitalista no Brasil.” (VIEIRA, 2014, p. 86)

É a partir do marco colocado pelo autor que iniciaremos nossa contextualização história daqui a diante. O período em que começa um processo de industrialização intensa no Brasil, o espaço agrário brasileiro passou a ter um lugar na política brasileira que culminou desde então na organização dos povos do campo em contraponto com o uso do território que havia então sido proposto pelo Estado que atendia as demandas das elites agrárias.

O Estado desenvolvimentista inaugurado pela Era Vargas trouxe traços intensos nos caminhos percorridos pela reforma Agrária no Brasil ainda atualmente no território brasileiro. A questão agrária mineira arraigada a esse processo então precisa ser entendida para que o

contexto atual faça sentido. Neste sentido vale iniciar mencionando algo que já foi comentado anteriormente a respeito dos grupos dominantes do campo brasileiro: as burguesias agrárias.

Inicialmente, vale ressaltar que o planejamento mineiro, na década de 1930, para integrar e fortalecer a economia é anterior aos propostos pelos presidentes Getúlio Vargas (Plano Quinquenal) e Juscelino Kubitschek (Plano de Metas) para o Brasil. Na verdade, o planejamento adotado em Minas, para competir no tripé industrial Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, foi assimilado pelos mineiros antes de qualquer outro estado brasileiro. (VIEIRA, 2014).

Ainda segundo Vieira (2014) burguesia política tecnocrata, formada após a Revolução de 1930, por intelectuais e engenheiros, foi chamada a ocupar as instâncias do Estado, assim, eles compartilharam entre si ideologias desenvolvimentistas para legitimar a exploração de grande volume de bens naturais existentes em Minas.

“Na prática, isso aconteceu com a construção de infraestrutura no território e, posteriormente, com a industrialização por meio dos círculos de cooperação para o capital, com ênfase em investimentos em produção de energia, projetos estratégicos aeronáuticos, siderurgia/alumínio, comunicação e infraestrutura ferroviária.” (VIEIRA, 2014, p. 92).

Essa estrutura que foi muito inteligente para as grandes elites, para quem vivia a margem nem tanto. Em Minas Gerais, durante esse período vivia em pobreza extrema que não acessava estas tecnologias que em alguns casos atrapalhava até a oferta de empregos que eram humanos e passaram a ser operado por máquinas. Enquanto isso o agronegócio expandia no Brasil e em Minas Gerais primordialmente.

O cenário econômico do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi radicalmente transformado no decorrer das décadas de 1960 e 1970, mediante a inclusão de áreas de cerrado no processo produtivo. A região passa a ser vista como uma área constituída de grande fronteira a ser ocupada. “Além disso, as características naturais dessas áreas de topografia plana e de solos até então considerados como improdutivos favoreciam a mecanização e aplicação de quantidades consideráveis de corretivos e fertilizantes” (CARVALHO, 2007, p. 45).

Várias iniciativas governamentais se configuraram para apoiar esse processo, destacando-se o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação

Nipobrasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Com a implantação dos projetos, ocorreu um aumento da produção e da área produzida de dois dos principais: soja e café. (CARVALHO, 2007)

Diversos apontamentos podem ser feitos dentro do que tange as iniciativas governamentais citadas. Para este estudo podemos pontuar o fato de quais grupos sociais que acessavam tais políticas. Os latifundiários que faziam parte da burguesia agrária brasileira. Em detrimento, populações camponesas eram colocadas a mercê, seja no campo ou nas cidades. Essa realidade é determinante para entender quem “estava por cima” na questão agrária brasileira. Isso já nos apontava para a necessidade de uma reforma agrária pensada para o povo. É preciso considerar que a reforma agrária deve ser pensada também pelo povo, assumindo o protagonismo do processo.

Neste momento, além da concentração de terras que era uma herança colonial, os créditos agrícolas, no decorrer dos anos de 1970, foram importantes fontes indiretas de financiamento ao desenvolvimento agroindustrial, criando “condições para o estreitamento das relações entre agricultura e indústria, dando suporte à compra de tratores, implementos e máquinas agrícolas, além dos insumos químicos” (CLEPS JUNIOR, 1998, p.141).

Ou seja, os investimentos por meio de crédito rural estavam ligados diretamente a agroindústria por meio de maquinário com tecnologia avançada que estava alicerçado ao modo de produção capitalista da monocultura extensiva. Esse processo que fez de Minas, neste momento, um espaço importante da produção agrícola para exportação de café e soja no Brasil. Neste critério a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba compõe fielmente este processo.

Sobre as contradições inerentes deste processo Carvalho (2007) afirma que

“o processo de modernização do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que promoveu uma elevação da produção e da produtividade, veio acompanhado da afirmação das contradições socioeconômicas, tendo em vista que não privilegiou todos os segmentos envolvidos.” (CARVALHO, 2007, p. 40).

Esse processo veio acompanhado da desterritorialização do camponês, além da exploração violenta dos recursos naturais — típica da produção necessariamente destrutiva do capital, bem como do aprofundamento das formas de exploração do trabalho. Assim, o processo de modernização trouxe fortes impactos ao campo, em específico a destruição massiva de formas tradicionais de produção, como os arrendamentos para agricultores e a

parceria, acarretando aumento do desemprego e do êxodo rural local. Neste sentido Gomes (2004) afirma que

“a parceria (cuja base é o trabalho familiar), por exemplo, que teve um papel importante no processo de ocupação econômica do cerrado mineiro e que era muito utilizada até então para o cultivo de cereais e o trabalho com o gado, tornou-se, com o processo de capitalização da agricultura, dispensável em sua quase totalidade.” (GOMES, 2004, p. 98).

Desse processo histórico, contraditório e desigual, resultou a intensa concentração da propriedade fundiária, a eliminação de culturas tradicionais e a expansão de monoculturas exportáveis. A agricultura patronal/capitalista, a partir da década de 1990, alia-se a um império global que domina a produção agroindustrial, o mercado e as tecnologias. O agronegócio, derivado do modelo estadunidense denominado de agribusiness, é a expressão do capital financeirizado, determinante para o avanço desenfreado do capitalismo no campo, e por meio da produção, circulação e consumo de commodities, uniu diversos setores de produção mineira. A cana-de-açúcar é um deles.

Além disso podemos ainda citar o processo de estrangeirização de terras, referente à compra, arrendamento ou direito de superfície de terras por estrangeiros em que Santos (2017) identificou na região do Triângulo Mineiro nove grupos de capital internacional atuando neste negócio. Segundo a autora, a cana-de-açúcar é a commodity de atuação dessas empresas, e a maioria dos capitais provém dos EUA.

Mesmo diante desse processo excludente, não poderíamos deixar de mencionar que a agricultura familiar é uma importante fonte de produção, emprego e renda. Assim, ao analisar a modernização de todo o território brasileiro, e não diferente do espaço rural do cerrado mineiro, ela se deu de maneira a beneficiar a economia agrária e exportadora, atendendo aos interesses do capital mercantil e do monopolista.

Uma das mediações para compreensão da questão agrária é a concentração da estrutura fundiária que, em Minas Gerais, tal como no Brasil, é bem acentuada. Dos 853 municípios, mais de 95% possuem altos índices de concentração que giram em torno de 0,501 e 0,0799, quase 3% possuem índices muito altos, isto é, acima de 0,800 (VIEIRA e SCHIAVINATTO, 2015).

A partir de análise preliminar, o Censo Agropecuário de 2017 aponta que a desigualdade de acesso à terra aprofundou-se no estado, realidade que está atrelada ao desenvolvimento do capitalismo no campo mineiro, como discutido (IBGE, 2019). As

mesorregiões que apresentam as maiores desigualdades sociais reveladas na distribuição fundiária são o Norte e o Noroeste de Minas (CLEPS JUNIOR, 2014).

Neste contexto de desigualdades descrito é possível considerar que a resistência da população que não se beneficiava com a realidade do espaço rural brasileiro e das regalias proporcionadas pelo Estado. É assim que passou a se organizar movimentos pela reforma agrária no Brasil. Em Minas Gerais, com uma questão agrária acirrada, a resistência foi representativa. Foi nesta onda que se estruturou o MTL que trataremos mais adiante.

## **2.2. Territorialização das lutas dos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**

A luta pela terra no Brasil tem uma história de resistência imensa. Seja na disputa por políticas públicas, seja na defesa da reforma agrária por meio de acampamentos, a luta pela terra sempre estava trazendo a questão agrária a tona por todo o território brasileiro. A luta sempre estava onde o agronegócio se alocava contraditoriamente. Isso também inclui uma questão territorial como veremos mais a frente.

Minas Gerais, um dos estados brasileiros que, historicamente, foi pensado para integrar a economia do país, foi passagem para a fronteira agrícola, que ocupou, modernizou e dizimou parte do Cerrado brasileiro, assim como populações tradicionais, cerradeiros, índios, quilombolas, dentre outros camponeses e pequenos agricultores. Atualmente, o estado mineiro, além de abrigar uma significativa parte da produção agrícola brasileira associada à modernização dos meios de produção e à exacerbada concentração fundiária, faz parte da lógica nacional que compõe a produção e acumulação do capital com o uso intenso dos bens naturais e da mão de obra barata, com isso, é, também, espaço de diversos processos de lutas e movimentos socioterritoriais (CARVALHO, 2007).

Assim, o conceito de movimento socioterritorial é uma tentativa de desfragmentação do espaço e do território. Pode-se, então, fazer uma leitura mais ampla a partir do conceito de movimento socioterritorial, pois — conforme destaca Fernandes — “ela sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendida no movimento de todos” (FERNANDES, 2004, p.53). De acordo com as pesquisas da CPT (2005), até 31 de dezembro de 2004 existiam em torno de 240 movimentos socioterritoriais atuando em todo o território brasileiro.

Fernandes (2004) indica que o território no campo brasileiro passa a ser ressignificado com os movimentos socioterritoriais que pretendem territorializar-se ou (re) territorializar-se por meio da Reforma Agrária. O território aqui tem uma perspectiva mais dinâmica e garante uma multidimensionalidade do espaço para sua transformação em território quando da garantida deste.

De acordo com Pereira (2015), além de lutarem pela terra, reivindicam, também, políticas ambientais, de defesa dos povos tradicionais, de respeito aos direitos humanos, contra à fome, à pobreza e questões trabalhistas. Ainda, podem se dar por políticas agrícolas, infraestrutura, educação, saúde, questões indígenas e quilombolas. Isso nos envereda a compreender a diversidade de demandas presentes no campo brasileiro. Estas disputas são em sua materialidade territoriais.

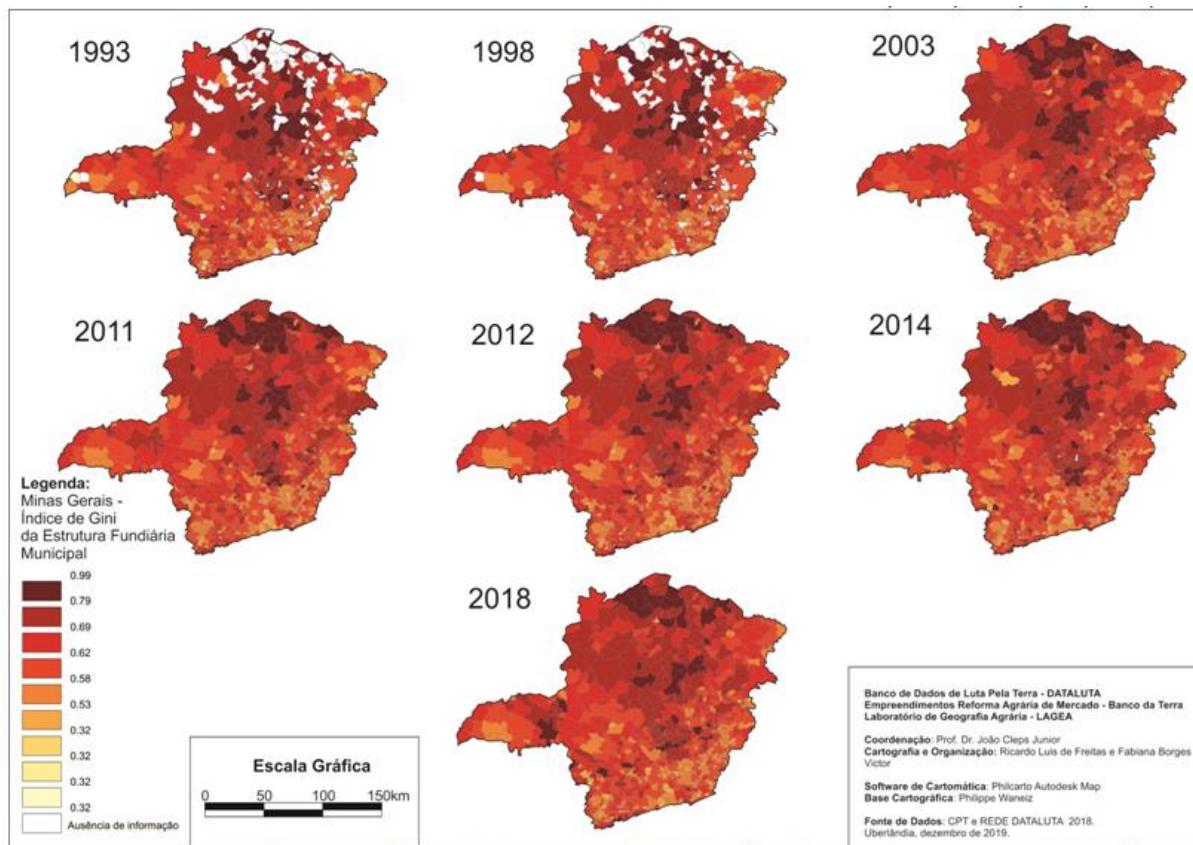
Estas manifestações evidenciam, na maioria das ações, a luta pela permanência, mas também políticas de acesso à terra. Em ambos os casos, revelam a contínua disputa por uma parcela do território, seja pelo ou no território. Segundo Raffestin (1993, p. 60), “o território é um espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Para compreender o território é impossível dissociá-lo do espaço, visto que “o espaço é a materialização da existência humana” (LEFEBVRE, 1991, p. 102).

Fernandes (2008) afirma que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios, sendo que a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço. Um espaço multidimensional, produzido por meio das relações sociais torna o território um conceito para além de político também social.

Para Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. A apropriação do espaço por aqui se da a partir da conquista da terra, que já é apropriada por um grupo dominante e vem sendo questionado por um grupo subalterno, cada um com intencionalidades distintas.

De um lado temos as elites agrárias, ligadas ao capital financeiro, a grande propriedade e a grupos alinhados com os representantes do Estado brasileiro em um circuito Legislativo-Executivo-Judiciário. De outro lado temos as classes oprimidas que denunciam os crimes cometidos durante o desenvolvimento do espaço agrário brasileiro. Um deles, e o mais contraditório e a concentração fundiária que pode ser analisada na Prancha 01.

**Prancha 1 – Minas Gerais: Índice de Gini da estrutura fundiária em 1993, 1998, 2003, 2011, 2012, 2014 e 2018**



Fonte: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2019. Org. Freitas, Ricardo L. LAGEA, 2019.

Podemos observar que a concentração fundiária é intensa desde 1993. Podemos dizer que é anterior, mesmo que os dados nos remete a isso. Podemos avaliar também que a estrutura fundiária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é relativamente concentrada a leste. Isso nos revela uma Questão Agrária ainda latente. Além disso, podemos observar o aumento da concentração durante os 25 anos que compreender a prancha. No entanto podemos reparar que do total de municípios no estado, 95,19%, ou 812, estão com altos índices de concentração, sendo o que possui a maior taxa nessa classificação, o município de Verdelândia, no Norte de Minas. Por fim, 25 municípios ou 2,93% possuem índices muito altos de concentração. Nessa categoria, Pirapora e Matias Cardoso conta o maior índice no estado, ambos na mesorregião Norte de Minas (VIEIRA, 2014).



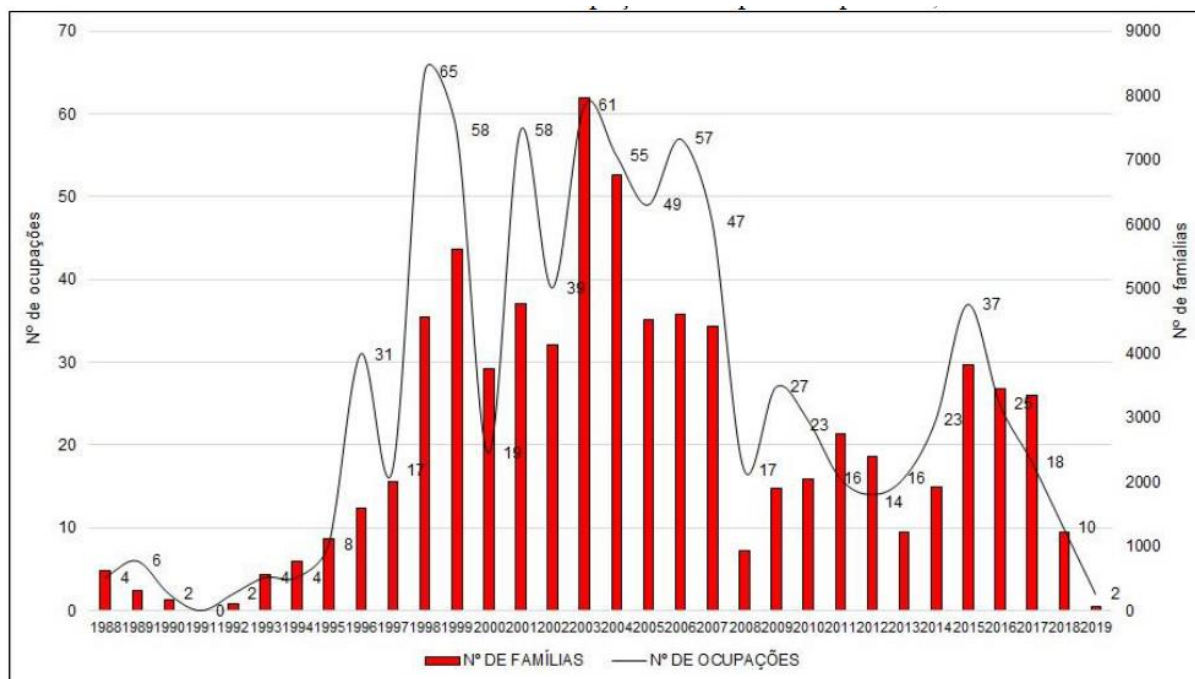
As manifestações confirmadas no campo ou nas cidades, nos contextos socioeconômicos brasileiro, realizadas pelos movimentos de luta pela Reforma Agrária, significam momentos históricos de intensas disputas entre modelos de produção agrícola, de desenvolvimento territorial.

Por um lado, estão as propostas dos pequenos agricultores, aqueles que possuem uma forte identidade com o campo, com a terra, ou seja, querem viver no campo e dar-lhe outros significados que não sejam tão somente extrair suas riquezas naturais. São pessoas que possuem conhecimentos milenares de produção agrícola e querem também ter oportunidades de, com os seus conhecimentos, obterem melhores rendas com o trabalho em suas pequenas parcelas de terras.

Por outro lado, o capital internacional, formado por uma minoria de bancos e empresas transnacionais do agronegócio, que juntos controlam a produção de sementes, de agrotóxicos, a agroindústria e o comércio, em parceria com latifundiários, grandes produtores e exportadores brasileiros. Esses tentam, a todo custo, impor esse modelo de produção que, além de não fazer parte do objetivo de grande parte dos pequenos agricultores, no capitalismo, estes, contraditoriamente, nunca alcançarão aquele modelo.

Neste sentido, o que culminou estas disputas foram ocupações de terra que reivindicavam a reforma agrária. Diversos grupos se uniram por todo o Brasil neste movimento que até hoje está em luta pela terra que ainda é distribuída de forma compensatória, sem grande transformação na realidade, do espaço agrário brasileiro, necessária para resolução da questão agrária brasileira. O Gráfico 01 Demonstra como se comportou os processos de luta que engataram os movimentos socioterritoriais do campo em Minas Gerais.

**Gráfico 1 – Minas Gerais – Número de ocupações e de pessoas por ano (1988-2019)**



Fontes: CEDOC Dom Tomás Balduino -CPT, 2020/DATALUTA -Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2020.

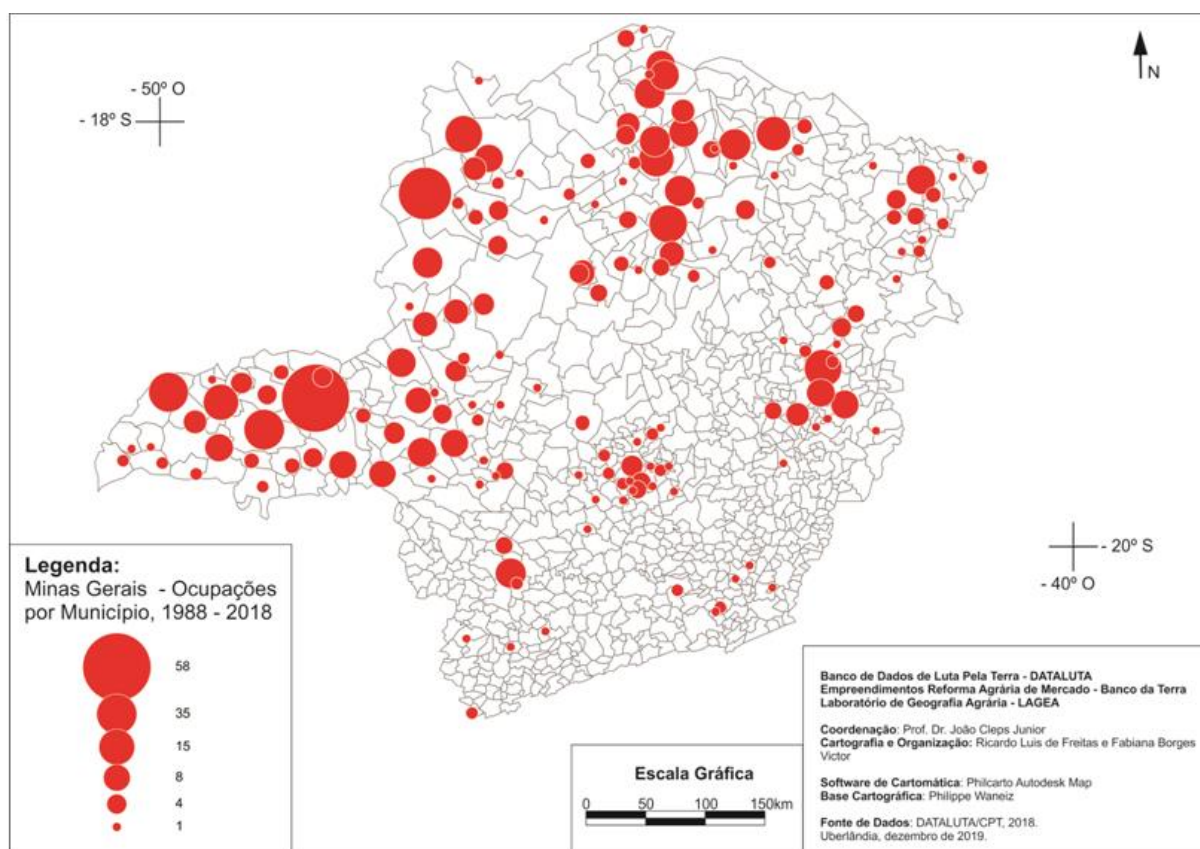
As ocupações em Minas Gerais começam a ganhar força no início da década de 1990, ocupando um pico considerável de 8 mil famílias ocupadas nos anos de 2003 e 2004, depois destes anos o comportamento dos movimentos é de refluxo até chegar em 2019 com o número dois de ocupações.

A diminuição das ocupações como nos governos Lula e Dilma estão ligadas, principalmente, às políticas públicas sociais de transferência de renda, que atenuam o ritmo das ações e influem no processo de lutas sociais, estão ligadas ainda, às ações conjuntas entre os representantes dos agronegócios (empresas, latifundiários, políticos, mídia etc.) e o judiciário que atuam para criminalizar as estratégias dos movimentos socioterritoriais, por fim, estão associadas às mudanças de táticas dos movimentos que são renovadas a fim de melhor alcançarem os seus objetivos (CLEPS JUNIOR, 2014).

A dimensão territorial da luta pela terra e de outros conflitos relacionados à Questão Agrária (manifestações, ocupações, mortes, trabalho escravo), em Minas Gerais, são as

maiores contradições do capitalismo expressas, principalmente, pelos agronegócios. Essas contradições podem ser identificadas nas mesorregiões em que houve mais ocupações de terras e nos municípios onde os movimentos socioterritoriais mais atuaram. É possível analisar tal realidade no Mapa 1.

**Mapa 1 – Minas Gerais: Número de manifestações realizadas pelos movimentos socioterritoriais (por Município 2000-2018)**



CPT-Comissão Pastoral da Terra/ DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2019.

É possível verificar intensa ação dos movimentos na região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba quando comparado a intensidade expressa nas outras regiões. Entretanto é possível também perceber que não são todos os municípios que têm representatividade neste mapa. Assim Vieira (2014) contribui ao afirmar que

a territorialização da luta pela terra e pela Reforma Agrária, em suas maiores dimensões, que compreende a conflitualidade no campo em Minas Gerais, foi expressiva, notadamente, nos municípios de Uberlândia, Unai, Santa Vitória, Buritis e Prata, Montes Claros, Frei

Inocência e Ituiutaba, Porteirinha, Araxá, Paracatu e São João da Ponte. Entre os municípios em que as ocupações vêm se intensificando, estão: Arinos, Campina Verde, Capitão Enéas, Coromandel, Ibiá, Itacarambi, Matias Cardoso e Varzelândia (VIEIRA, 2014, p. 128).

Ou seja, vários municípios observam a presença de movimento socioterritoriais reivindicando o direito a terra em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. São vários também os movimentos que participam deste processo e suas diferenciações políticas de demanda fazem diferença no processo de ocupação, reivindicação e posse da terra. Segundo Carvalho (2007)

“constatou-se de 2001 a 2005 que houve atuação de dez movimentos socioterritoriais no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sendo eles:  
 - CLST - Confederação de Libertação dos Sem-terra;  
 - FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais;  
 - FST - Federação dos Sem-terra;  
 - LCPCO - Liga dos Camponeses Pobres do Centro-Oeste;  
 - MLSTL - Movimento de Libertação dos Sem-terra de Luta;  
 - MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra;  
 - MTL - Movimento Terra, Trabalho e Liberdade;  
 - MTR - Movimento dos Trabalhadores Rurais;  
 - STR/CONTAG- Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.”  
 (CARVALHO, 2007, p. 44)

Até 2013, como consta em Vieira (2013), existiam 38 movimentos atuantes em Minas Gerais. No Relatório do DATALUTA (2018) com mapeou os movimentos socioterritoriais em ocupações no estado de Minas Gerais de 1988 a 2018 e, com números atualizados, demonstrou um protagonismo de 9 movimentos em acampamentos: MST, CONTAG, MLST, LOC, MTL, FETRAF, MLSTL, MPST e CPT.

É possível perceber que há uma recorrência de alguns movimentos que fazem destes mais territorializados em Minas Gerais e por conseguinte na mesorregião do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. Para nossa pesquisa, que culmina em analisar o processo de posse da terra do Projeto de Assentamento Nova Cachoeirinha no município do Prata localizado no Triângulo Mineiro o movimento que organizou a luta da ocupação foi o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). No item seguinte, vamos explorar a respeito do processo de territorialização deste movimento na região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba para depois analisar o Projeto de Assentamento objeto de estudo.

### **2.3.Os movimentos de luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: o caso do Movimento Terra Trabalho e Liberdade - MTL**

Os movimentos de ocupação para o assentamento das famílias foram a estratégia mais utilizada durante todo o processo de territorialização da luta pela terra no Brasil. Neste contexto os movimentos socioterritoriais tiveram centralidade por ocuparem o front da luta ligada a reforma agrária e serem o enfrentamento ao estado e ao agronegócio. No caso do Projeto de Assentamento Nova Cachoeirinha o MTL.

O MTL é uma organização autônoma, independente, democrática e socialista, inserido no campo e na cidade que luta a favor da emancipação política e econômica dos trabalhadores unificando a reforma agrária e a urbana. É um movimento classista, pautado no intuito de superação do capitalismo como modelo socioeconômico, buscando também a formação e reflexão dos trabalhadores a respeito da ordem sócia que lhes é imposta e almejando também a união daqueles que pisam em terrenos comuns. (FREITAS, 2017)

Através de pesquisa realizada com um ruralista Freitas (2017) expõe que a formação do grupo que se originou do rompimento que ocorreu no MST ocasionada pelo fato dos idéias de um certo grupo de pessoas que o compunjam já não estava mais de acordo com os da outra parte. O grupo decidiu não fazer mais parte do MST, criando o MLST que se transformaria no atual MTL.

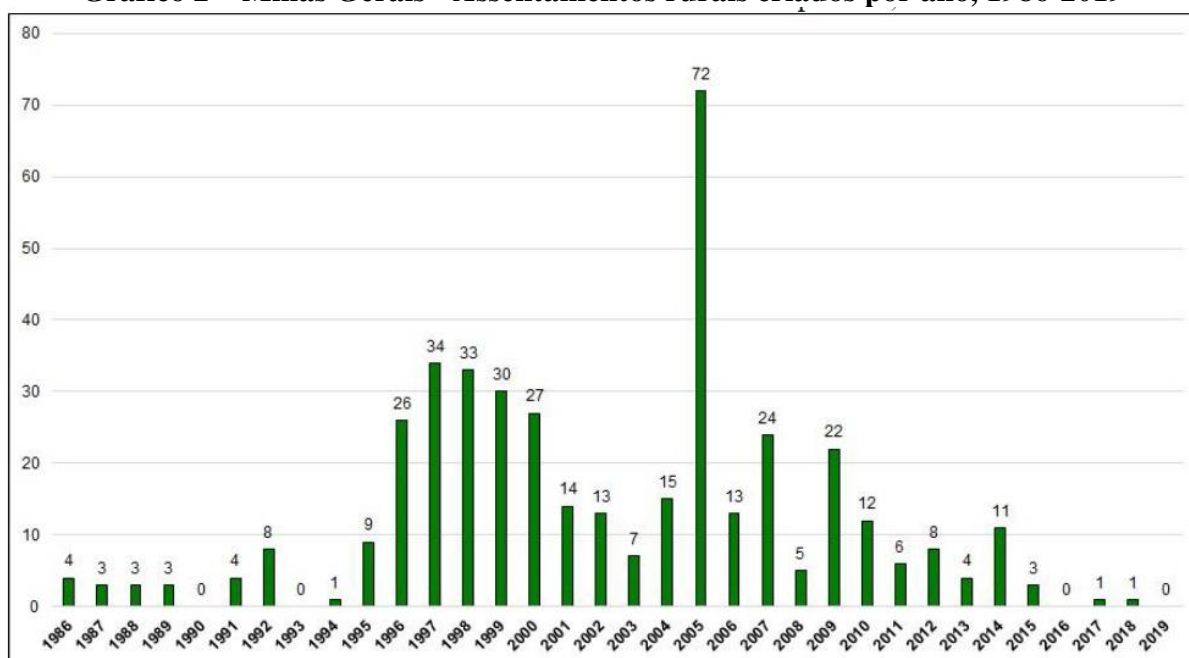
Segundo Azambuja (2016) o MTL foi fundado em um Encontro Nacional realizado em Goiânia, em 18 de agosto de 2002, quando se unificaram em um único Movimento, sob uma única bandeira, o Movimento de Luta Socialista (MLS), constituído no ano 2000, oriundo de um grupo de militantes do PSTU que, então, dirigia majoritariamente o Sindicato dos Previdenciários do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Gráficos de Belo Horizonte; o Movimento dos Trabalhadores (MT), fundado em 1995 em Pernambuco, presente nas lutas pela posse de terras em vários Estados do Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Ceará e Paraíba); e o Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta (MLSTL), uma dissidência do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra constituído também no ano 2000 por lideranças rurais, agentes pastorais e assessores da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O MTL atua, basicamente, no Triângulo Mineiro e Sudoeste de Goiás.

Os movimentos socioterritoriais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba estão alinhados as pautas nacionais da Reforma Agrária pois ela é uma política de Estado. Os assentamentos em Minas acompanham uma métrica que vai do local ao nacional, mesmo

tendo suas particularidades. O mesmo acontece com Minas em relação ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

No Gráfico 2 é possível analisar a quantidade dos assentamentos criados durante os anos em Minas Gerais. O assentamento é a territorialização da reforma agrária. É a partir do assentamento que o camponês se empodera pois é resgatado sua dignidade por meio da posse da terra. Neste sentido, o assentamento faz parte do sonho que compartilha cada família que está na luta pela terra.

**Gráfico 2 – Minas Gerais - Assentamentos rurais criados por ano, 1986-2019**

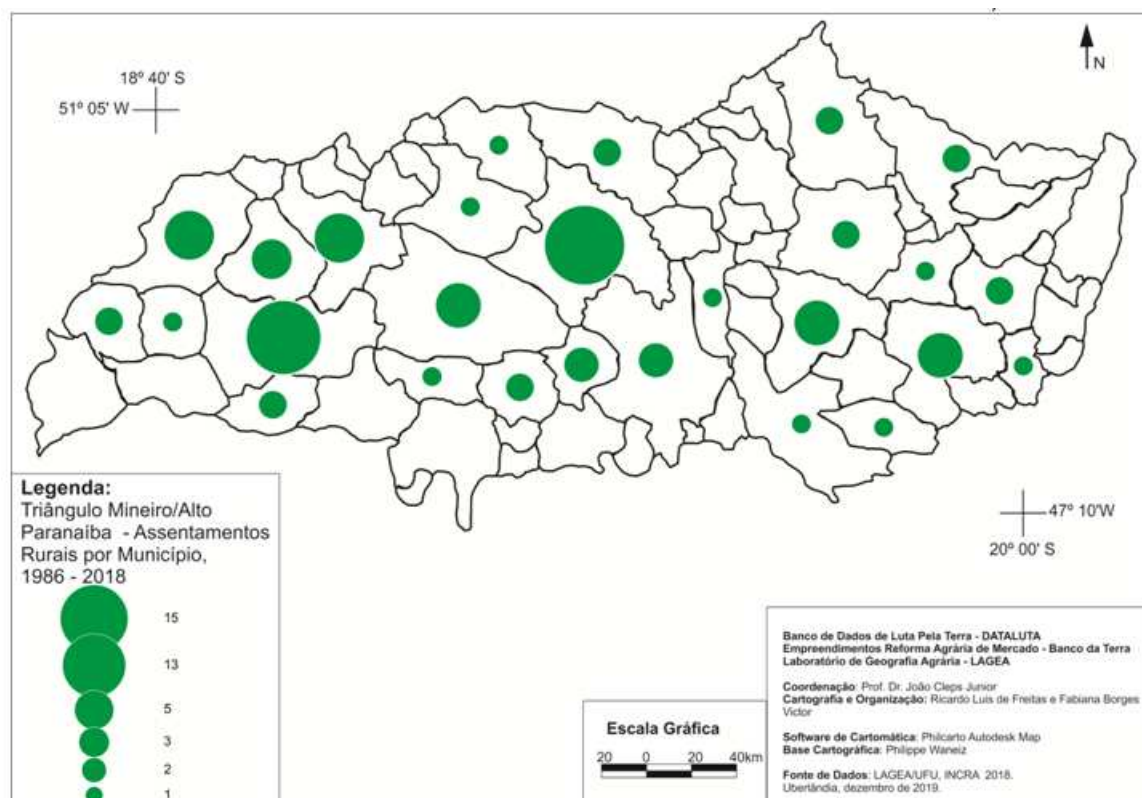


Fontes: CEDOC Dom Tomás Balduino -CPT, 2020/DATALUTA -Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2020.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

É possível perceber no Gráfico 2 que a quantidade de assentamentos criados em Minas Gerais durante os anos acompanha a quantidade de ocupações uma vez que ambas começam a crescer em meados da década de 1990, tendo um pico em 2005 e refluem continuamente até chegar ao número de nenhum assentamento em 2019. Neste período que considera o Gráfico 2, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tiveram assentamentos significativos para consolidação de tais dados. Podemos avaliar essa representação por município no Mapa 02.

**Mapa 02 – Triângulo Mineiro – Assentamentos rurais criados por município – 1986-2018**



Fonte: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ DATALUTA - Base de Dados da Luta pela Terra 2019.

Como demonstrado no Mapa 02, os assentamentos rurais criados em municípios do Triângulo Mineiro têm se distribuído por toda a mesorregião. Esse mapa ilustra a territorialização da luta pela terra nesta mesorregião que se dá a partir da posse da terra por meio do assentamento.

Ao conquistar o assentamento, como já mencionamos, os assentados garantem o sonho da posse da terra e os movimentos alimentam o sonho da reforma agrária. Entretanto, o sonho ao se tornar realidade se faz necessário que ele garanta a permanência dos assentados haja vista que fazem parte do circuito produtivo e precisam de suporte para manejo do seu território almejado.

Para essa discussão acionamos Masson (2016; 2021) é quem traz uma análise concisa e atualizada que contextualiza bem esse processo de garantia ao crédito rural para as famílias assentadas e a efetividade dessa política na prática. É necessário pensar de que forma vem sendo empregado tais esforços pois são eles que fincam o assentado ao território e transforma a realidade do sujeito por meio da condição proporcionada para produção e reprodução do campo.

Com relação aos créditos agrícolas, Masson (2016) constatou o privilégio histórico de setores mais capitalizados da agricultura, sendo que muitos(as) assentados(as) ficam à margem deste processo. Conquanto, alguns esforços governamentais foram empreendidos no governo Lula com relação ao incremento orçamentário do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), bem como sua nacionalização. Mas, ainda insuficientes e demasiadamente burocráticos, quando comparados a opulência das políticas agrícolas que impulsionam o agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento vigente.

Masson (2016) ainda pontua muitos desafios para efetivação, uma vez que a grande maioria dos sujeitos entrevistados, 80%, contam com algum tipo de renda auferida pela produção do lote, no entanto, insuficiente para garantir a reprodução nos mesmos. Isso infere diretamente nas políticas agrícolas que deveriam fomentar tal produção, como o Pronaf e o Programa de Aquisição de Alimentos<sup>3</sup> (PAA) (escoamento) e Programa Nacional de Alimentação Escolar<sup>4</sup> (PNAE) (comercialização). Analisando a composição da renda familiar de assentamentos rurais, os benefícios sociais da assistência social e previdência social, que são políticas sociais, fizeram-se presentes na composição da renda na maioria das famílias estudadas.

A realidade estudada por Masson (2016) evidencia as dificuldades que as famílias assentadas possuem para se viabilizarem, enquanto agricultoras ou camponesas (que produz, comercializa e vive com a renda oriunda do lote) nos assentamentos rurais; pois ter uma renda familiar atrelada às políticas sociais ou até mesmo ao trabalho fora do lote infere o quanto a

---

<sup>3</sup> Criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, o PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

<sup>4</sup> O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.



reforma agrária, enquanto política pública de desenvolvimento, neste território não possibilita formas de ser e se reproduzir, enquanto assentados.

No que tange ao alcance das políticas sociais que compõem as ações da reforma agrária na garantia dos direitos sociais dos assentados, a política pública de saúde é a mais acessada. No entanto, o atendimento médico a outras especialidades é esporádico. O acesso à medicação de uso contínuo é permeado pela falta dos medicamentos na rede municipal, bem como por dificuldades para a troca das receitas em decorrência da ausência de médicos. Estes fatores impelem a busca no mercado por atendimento médico, bem como a medicação. O acesso à política de assistência social é incipiente, sendo que muitos não reconhecem esta política enquanto direito, apesar de ela se materializar na vida das famílias assentadas via programas de transferência de renda (MASSON, 2021).

Estas aproximações não estão distantes da totalidade que (re)configura as políticas sociais no contexto nacional, pois a privatização, focalização e seletividade têm subjugado os princípios de universalidade e estatização, presentes no bojo de constituição destas políticas sociais.

Apesar dos inúmeros desafios no Triângulo Mineiro, é necessário reconhecer as potencialidades da reforma agrária, enquanto política pública, na medida em que houve transformação de latifúndios e propriedades privadas, em assentamentos rurais, onde residem mais de 100 famílias; a possibilidade das famílias em residirem em uma moradia de alvenaria ao invés de uma lona preta ou moradias muito precárias; a possibilidade de uma alimentação mais diversificada e até mesmo uma produção agroecológica.

### 3. ESTUDO DO P.A NOVA CACHOEIRINHA EM PRATA-MG

Prata é o terceiro município mineiro com o maior número de ocupações de terra e o quinto em número de famílias em ocupações (DATALUTA, 2016). Com uma população estimada para 2021 de 22 mil habitantes, o município do Prata, pela sua dimensão tem uma densa luta pela terra. Neste sentido, ainda é perceptível uma falta de preocupação com estudos que possam expressar os motivos e tendências da reforma agrária nesses territórios.

Pelo ineditismo da pesquisa sobre o Projeto de Assentamento (P.A) Nova Cachoeirinha, não havia muitas informações a respeito especificamente da história que envolve o processo de ocupação até a regularização dos lotes em (ano?). Por este motivo, vamos nos utilizar de dados primários que foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturada<sup>5</sup> aplicada em visitas feitas no assentamento durante o ano de 2022.

Antes de começar a análise dos dados coletados, algumas questões precisam ser ponderadas. Primeiramente cabe situar que sou filho de uma família assentada, o que tornou possível e de fácil acesso as famílias moradoras no assentamento. Outra questão é a de que não conseguimos acesso à documentação da Associação do Assentamento por motivos burocráticos, uma vez que em princípio considerávamos tal material importante para a pesquisa.

Segundo Chelotti (2003), a instalação de assentamentos rurais tornou-se um grande desafio, além se tratar de um processo recente e pouco investigado no âmbito da Geografia. A partir daí, nota-se que os desafios dos trabalhadores denominados "sem-terra" são grandes e desgastantes. As etapas para instalação de um assentamento rural são longas, e até chegar a transferência final de titularidade do imóvel rural requer muitos obstáculos e processos a serem seguidos.

Os desafios encontrados nos assentamentos são grandes, conforme ressaltado pelos assentados no P.A. Nova Cachoeirinha. A territorialização ligada ao sonho da propriedade terá uma forte influência do cotidiano que materializa as possibilidades viáveis dentro e fora do assentamento. Serão estes os resultados apontados adiante neste capítulo.

Foram entrevistadas 14 chefes de família, durante as três visitas que foram feitas durante o processo de pesquisa no primeiro semestre de 2022. Esta foi a quantidade de pessoas que estavam presentes nos lotes durante os trabalhos de campo. Todos estão no movimento desde o início, tal como meus pais. As conversas tiveram um caráter descontraído,

---

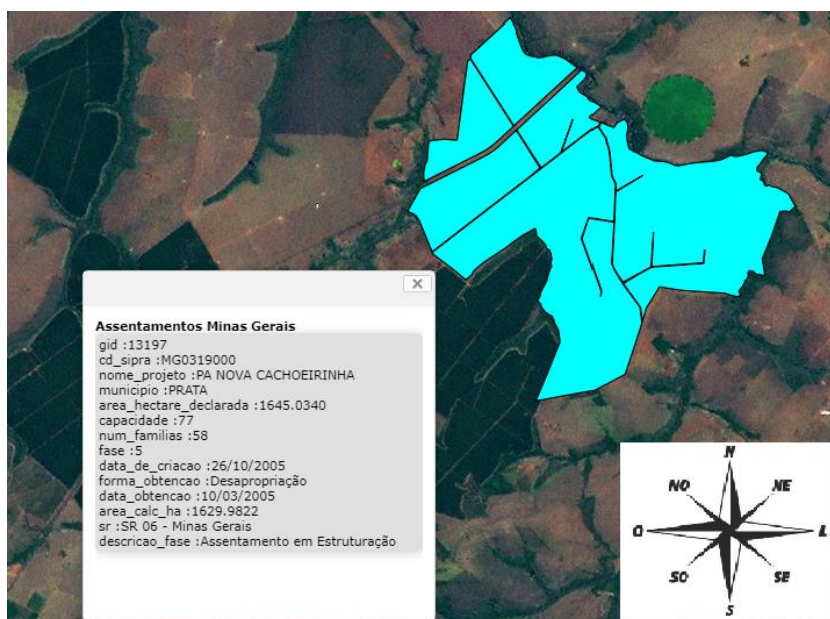
<sup>5</sup> Anexo apêndice A.

por conhecermos os entrevistados. As visitas, predominantemente por tal perspectiva, foram longas, mas não cansativas. Assim, conseguimos informações valiosas pela confiança dada ao pesquisador.

### 3.1. Caracterização do Projeto de Assentamento Nova Cachoeirinha

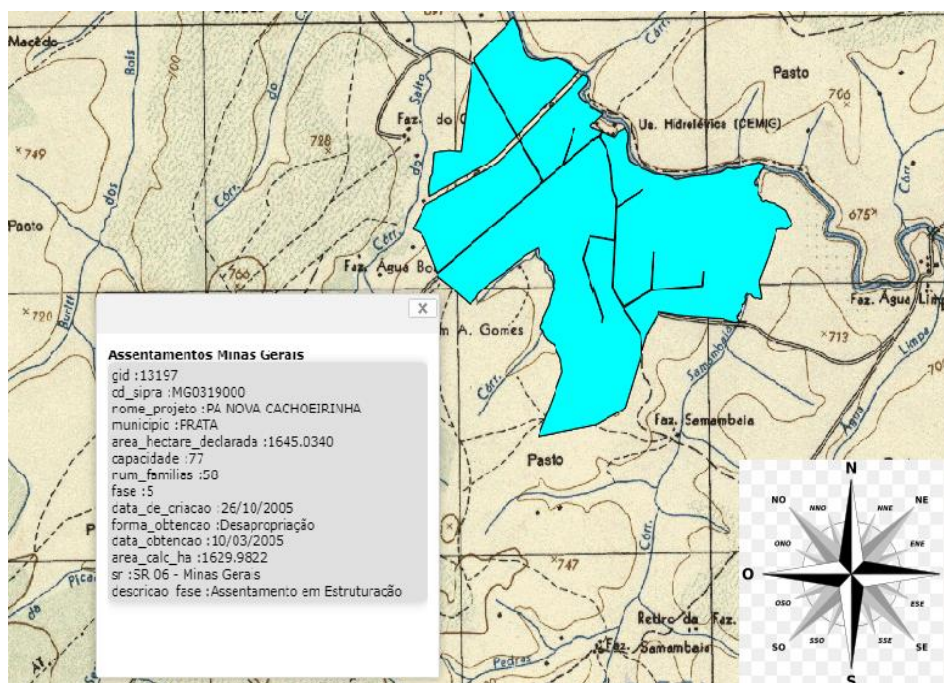
A área relacionada a pesquisa (assentamento PA Nova Cachoeirinha) encontra-se no município de Prata, Minas Gerais, no endereço Fazenda Cachoeirinha Rod. Br 497 Km 54, S/N, RIO TEJUCO - Rodovia Prata/Uberlândia ( Km 54), na divisa com o município de Uberlândia. O assentamento possui 77 famílias e uma área total declarada pelo INCRA de 1.645,0340 ha, e foi oficialmente criado em 26/10/2005 como é possível observar nos Mapas 3 e 4 que representam a cartografia da região.

**Mapa 3 - PA Nova Cachoeirinha georeferenciado (Prata-MG)**



Fonte: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>>, <2015>

**Mapa 4 - PA Nova Cachoeirinha (Prata-MG)**



Fonte: <<http://acervofundiario.incr.gov.br/acervo/acv.php>>, <2015>

Como afirmou Entrevistado A, os solos da região são de boa qualidade para exploração da agricultura. O relevo não é muito íngreme e isso facilita o cultivo de culturas diversas e a mecanização. Em geral, predomina o latossolo vermelho e as características gerais ligadas ao bioma do Cerrado. A forma de manejo mais utilizada, por apoio da universidade, é a Agroecologia.

Durante um curso dado com o tema da técnica de produção agroecológica sobre o método Silva et. al. (2014) afirma que foi perceptível o envolvimento dos agricultores no geral, mas especialmente daqueles que faziam o contato com a agroecologia pela primeira vez. O curso foi considerado por muitos como o início de uma mudança de vida, de forma que ressignificou o pertencimento desses agricultores à terra<sup>6</sup>.

<sup>6</sup>Este curso faz parte do projeto Apoio a Continuidade do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Federal de Uberlândia, apoiado por MCTIC/MAPA/MEC/SEAD - Casa Civil/CNPq, executado a partir do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/PROEXC/UFU). Os ministrantes fazem parte do GUARÁS (Grupo Universitário de Agricultura com Responsabilidade Ambiental e Social), e agradecem a troca constante de conhecimentos que empreendem na intersecção entre os saberes populares e os acadêmicos, que nos fazem profissionais e cidadãos melhores.

Como já afirmamos no início deste capítulo, por conta do ineditismo da pesquisa, vamos buscar através dos informantes qualificados as respostas lidas a contextualização histórica do assentamento. O entrevistado A que está desde o início disse que o projeto seduziu pessoas que em busca de uma transformação na vida, viam o mundo rural como oportunidade para tal. Todos os participantes do movimento inicialmente viviam na cidade.

#### Segundo o Entrevistado M

“em 2005 foi aprovada a proposta de reforma agrária na propriedade. Os sem terra moraram na beira da estrada por aproximadamente um ano antes da aprovação do assentamento. Após a aprovação, foi mais um ano morando em comunidade, agora dentro da propriedade, aguardando o sorteio dos lotes. Aproximadamente 100 famílias ocuparam a beira da rodovia, iniciando o processo de reforma agrária. Após a entrada para a propriedade, aproximadamente 120 famílias aguardavam serem chamadas para participarem do processo de seleção das famílias, onde houve apenas 77 vagas. Os critérios adotados para seleção das famílias foram: participação afetiva do movimento desde o início e no final apenas 77 famílias foram chamadas.” (ENTREVISTADO M).

A vontade de mudar, de ressignificar pode ser reiterado neste momento. Esse anseio pela mudança por meio de alternativas sustentáveis e populares é o que mobiliza a reforma agrária no Brasil. Foi assim que começaram a se formar a ocupação as primeiras famílias que como afirmam os entrevistados B, D e J começaram a sustentar o movimento. Quando estes sujeitos se instalam em seus barracos nos lotes ainda nem demarcados é que o sonho pela territorialização no campo se torna realidade.

### **3.2.A relação entre o movimento político e as demandas do P.A. Nova Cachoeirinha**

Perante a lei 8629/1993 as terras eram improdutivas. De acordo com as políticas e regras de reforma agrária a fazenda atendeu a todos os requisitos, o que motivou o a agir com ocupação das terras. O movimento que organizou a luta do P.A. Nova Cachoeirinha foi o MTL. Entretanto, este movimento já não faz mais parte do cotidiano dos atuais assentados. Como afirmam, todos os entrevistados a relação com o movimento sempre foram conflituosas. O motivo é confirmado pelo entrevistado B afirmando que eram as demandas do movimento que eram sempre conflitantes com os interesses da população ocupada. As pautas conflitantes eram comumente políticas.

É relevante ressaltar aqui que essa percepção sobre o distanciamento com o MTL positivamente vem do relato dos entrevistados. O Entrevistado M afirma inclusive que os conflitos iniciaram a partir da politização dos acampados que não estavam dispostos a se aliar

a luta política do movimento. A partir daí, ainda segundo o Entrevistado M, “foi só ladeira abaixo”.

Foi possível captar na pesquisa que o movimento tinha demandas alinhadas com os movimentos populares da esquerda brasileira como participação em manifestações, participação em atividades formativas ligadas ao socialismo e mobilizações nacionais e internacionais pela reforma agrária popular que os acampados não tinham interesse algum. Eles focavam no sonho do assentamento em tempo integral e os incomodavam o alinhamento da dedicação deles a questões que destoavam do foco principal. Chama a atenção a resposta do entrevistado C que contou que sempre questionava as demandas do movimento para o acampamento com: “Isso vai ajudar a conseguir a terra mais rápido?”.

Esta realidade, com o desgaste das relações culminou no gradual afastamento do movimento das negociações com o Estado para o assentamento dos até então acampados. Os entrevistados veem como positiva este afastamento por enxergarem como negativas as intervenções propostas pelo MTL. Além de tocarem muito no assunto de que os líderes que faziam parte da luta tinham posicionamentos bastante autoritários.

Vale lembrar aqui por meio de Salla e Freitas (2017) que a estruturação do MTL sempre foi cercada de conflitos como estes e que sempre fora fragmentada. O seu surgimento como dissidência é um marco oficial, entretanto todas as outras fragmentações foram fruto de conflitos ideológicos internos. Isso enfraquece muito a organização e faz com que o desalinhamento prejudique o cotidiano da luta pelo assentamento.

A falta de um movimento que liderasse a organização dos acampados levou-os para alguns lugares específicos. Algumas consequências vieram pela falta de um movimento organizado com experiência na reforma agrária. A primeira delas foi a dificuldade da permanência das famílias inicialmente envolvidas no movimento. Durante o processo de ocupação das terras, algumas famílias desmobilizaram e acabaram venderam o lote no acampamento e se foram. A segunda é a falta de coletividade que desmobilizou o movimento que atualmente conta apenas com uma associação para fins estritamente burocráticos e de difícil acesso.

É fácil identificar aqui que o que fez resistir os primeiros a ocuparem o P.A. Nova Cachoeirinha foi o sonho do lote. Neste momento podemos acionar novamente as discussões que questionam a resiliência dos grupos que passam por diversas humilhações durante anos

em barracos de lona sem diversos direitos básicos garantidos, que conferem ao sonho do lote a justificativa para toda a força e organização destes.

### **3.3.Lutas e permanência na terra no P.A. Nova Cachoeirinha**

A primeira consequência da falta de um movimento organizado é a permanência do grupo acampado, haja vista que a liderança estar presente com atualizações regulares do processo de reivindicação da terra. Um desalinhamento neste sentido pode desmobilizar a ponto de acabar com o movimento por completo. No caso do P.A Nova Cachoeirinha, essa consequência fez com que muitos desistissem e vendessem o tempo que ficaram no lote. Isso desalinhou toda uma frequência que culminou numa quebra da luta pela reforma agrária em tal espaço.

Inicialmente, para pensar como se comportou o processo de permanência, cabe ressaltar quem são essas pessoas que compõe tal grupo. Segundo o entrevistado D

(...) a grande maioria dos beneficiários não se adaptaram a vida na cidade, seja por questões culturais ou financeiras, onde viram a reforma agrária como uma válvula de escape para recomeçar uma nova vida. Uma outra e pequena parte vieram de uma cultura cigana. Essa por sinal não se encontram mais no assentamento, a grande maioria devido a venda dos lotes (ENTREVISTADO D).

No caso do relato do Entrevistado D, a venda seria a desistência do lote e destino da terra para novos beneficiários escolhidos pelos desistentes. Isso se fez sem uma apresentação prévia dos novos integrantes do movimento e tampouco estes sujeitos entravam com foco em algum tipo de luta. Estes estavam apenas interessados em conquistar o lote para financeirizar o processo de produção daquele território.

Os entrevistado B, D, G e J que estão desde o início na luta questionam como que estas trocas foram feitas de maneira tão fácil e sem nenhum tipo de impedimento para legitimação da luta pelo sonho do lote. A indignação se desdobra para a omissa participação dos órgãos competentes pelo fato de que até hoje não houve investigação sobre essas desistências. Como afirmou O Entrevistado D “Tem muito rolo na compra e venda destes lotes”.

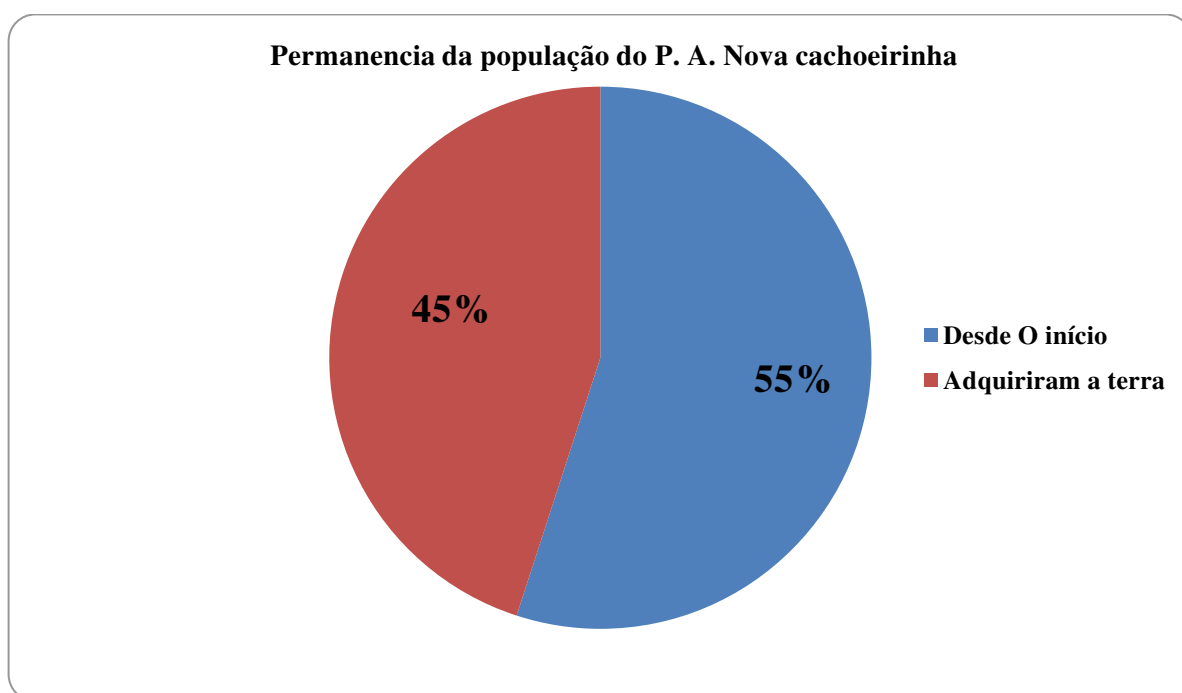
Já o Entrevistado B explica melhor como a questão da permanência foi dilacerada com o afastamento do MTL da luta pelo assentamento da área.

“início quando o movimento (MTL) ainda era predominante, a principal reivindicação era o sorteio dos lotes, além de benefícios

vindos do governo para auxiliar o processo de reforma agrária. Pós movimento, a principal reivindicação é o título da terra, por uma questão de posse mesmo sabe... Acho que é isso! (ENTREVISTADO D).

O afastamento do MTL fez com que a organização se tornasse mais próximo a posse da terra e esquecida toda a complexidade que engloba a luta pela terra no Brasil. Isso é visível que desmobiliza, que foi o que fez grande parte dos participantes dos primeiros anos da ocupação. Atualmente temos uma situação bastante interessante de ser percebida como pode ser observada no Gráfico 3.

**Gráfico 3 - Permanência dos assentados (ou das famílias) no P. A. Nova Cachoeirinha**



Org.: RESENDE, E. (2022)

São atualmente pouco mais da metade (55%) dos assentados estão na luta desde o início, em contrapartida 45% aproximadamente vieram depois de alguns anos da ocupação. Alguns destes chegaram a poucos anos, já com o anúncio do assentamento. Há aqui uma questão ligada a discussão do território abordada anteriormente. Aqui se territorializam de maneira diferente. Estes assentados compartilham de um sonho que fincam ainda mais profundamente ao território do lote.



Além do lote, um desafio para a permanência da população no assentamento está relacionado ao acesso à crédito estatal para possibilitar a produção no assentamento. Além disso, os assentados reiteram a necessidade de uma assistência especializada para facilitar o manejo do solo e as culturas mais pertinentes de serem exploradas. Aqui podemos afirmar como que é contraditória a ação do Estado ao assentar mas não dar o suporte que historicamente alicerçou todo o desenvolvimento do agronegócio no Brasil.

Segundo o Entrevistado D “não sei ao certo se todos receberam o benefício, mas sei que a grande maioria sim. Eles veem esse benefício como primordial e necessário, onde a grande maioria beneficiada utilizou o recurso para melhorar suas atividades!”.

Ao serem qualificados como assentados da reforma agrária, os beneficiários do P.A. Nova Cacheirinha se inserem no perfil para solicitarem o PRONAF<sup>7</sup>. Neste aspecto os entrevistados B, D, e E, citam o INCRA como um verdadeiro parceiro. Entretanto, as burocracias para acesso do crédito impediram alguns moradores de receberem o crédito. Ainda assim, concluem que há necessidade de maior apoio do Estado para com a territorialização do assentamento.

De modo geral, o trabalho das mulheres nas atividades produtivas acaba envolvendo algumas atividades mais selecionadas, tais como as que requerem execução manual (limpeza e colheita dos produtos), processamento, trato e cuidado diário de animais (efetuar a ordenha, alimentar as aves) e trabalhos da horta. No âmbito doméstico, estão os cuidados com os filhos, casa, roupas, preparo de alimentos, entre outros (BRUMER, 2004).

Com o propósito de permitir à mulher o acesso ao crédito, para que possa realizar o investimento na atividade que almejar, cria-se em 2003 uma linha de financiamento específica, o PRONAF Mulher. Com isso, o crédito passa a ser visto como um importante aliado para amenizar as diferenças entre homens e mulheres no referente à gestão e trabalho das propriedades familiares (ZORZI, 2008).

O PRONAF Mulher foi citado diversas vezes como um complemento importante para as famílias assentadas. Isso porque, como foi possível perceber, o papel da mulher no terreno em geral nos lotes se limita as partes internas do lote, da casa e da produção de alimentos para subsistência. Já os homens, ficam a cargo das decisões externas ligada às

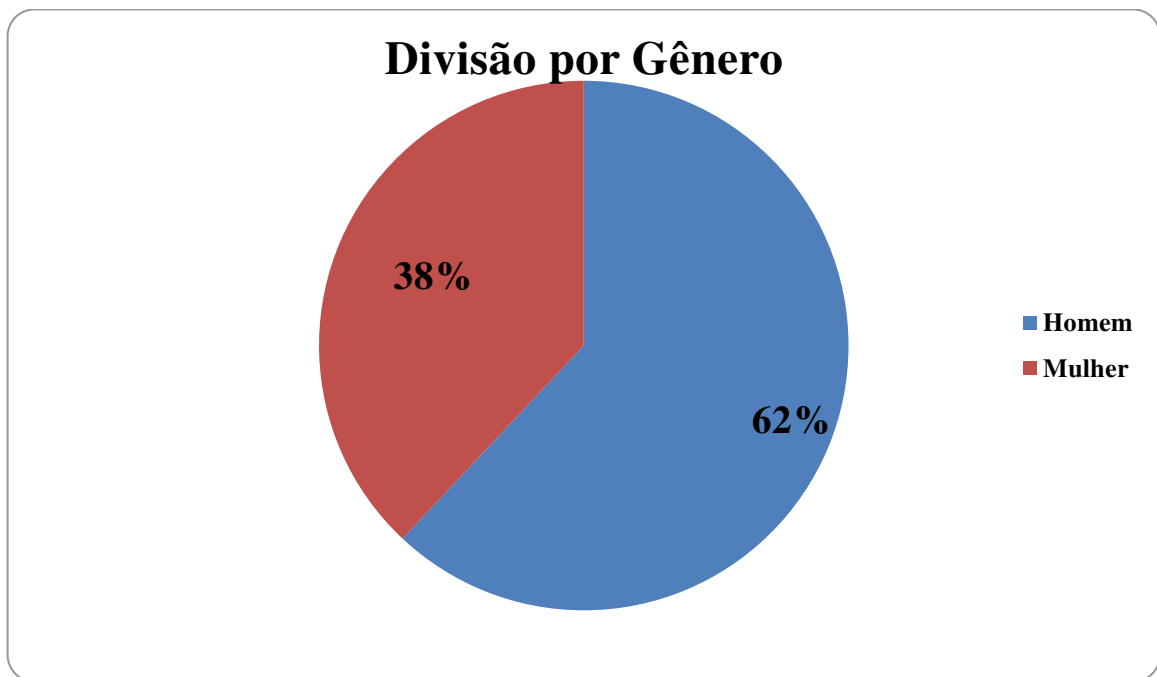
---

<sup>7</sup> Financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.

funções burocráticas aos negócios do lote, ao financeiro, a representação política do lote. A quantidade de mulheres presentes demonstra uma potência nesse crédito que viabiliza uma renda a mais.

Dos lotes foram vendidos, segundo o Entrevistado M, onde essa grande maioria fora negociados recentemente, após "estruturação" dos assentados e recebimento de todos os benefícios possíveis (PRONAF, CUSTEIO, etc.). "São 77 famílias assentadas, contando os computadores (atualmente legalizados). O processo de titulação ainda está andamento, do meio para o fim mais ou menos. Ainda não possui nenhuma família com o título na mão."

**Gráfico 4 – População do P.A Nova Cachoeirinha por Gênero**



Org.: RESENDE, E. (2022)

No Gráfico 04 demonstramos a proporção de homens e mulheres dentro do P.A Nova Cachoeirinha, ou seja, uma distribuição de 62% de homens e 38% mulheres. Isso é testemunhado como uma realidade que vem tomando os espaços dos assentamentos que é o aumento do número de homens sobressair o de mulheres. Uma causa para isso é que os assentados, em alguns casos, são homens solteiros ou viúvos que vem buscar a calma do campo para envelhecer.

Mesmo com isso, o P.A Nova Cachoeirinha ainda é muito produtivo. A maioria dos beneficiários usam a terra para produzir. Dos lotes explorados, todos têm uma produção para além da subsistência. Assim, os lotes que não são apenas utilizados como moradia, a produção fruto do trabalho dos assentados, tem fins econômicos que contribui para distribuição de alimentos das cidades do Prata e Uberlândia.

É perceptivo pela falta de coletividade que foi estruturada com a saída do MTL do processo de assentamento, as culturas são diversas e respeitam a individualidade de cada produtor. Entre os entrevistados podemos destacar a produção de frutas como o limão, o maracujá a laranja e hortaliças que são direcionadas ao Ceasa da cidade de Uberlândia. São famílias que buscam a dignidade por meio da vida no e do campo. Além disso, tem uma quantidade considerável de produtores de leite e queijo a serem comercializados nas feiras livres do município do Prata.

Uma resposta quando perguntados “qual a sua motivação para entrar na luta pela terra?” chamou atenção. O Entrevistado G disse “ter um lugar para morar e produzir renda, além de uma parte idosa que busca ter uma "terrinha" para poder descansar.” Isso figura bem o que representa o sonho da posse da terra pelos moradores do P.A Nova Cachoeirinha.

### **3.4.Desafios enfrentados no sonho da conquista da terra no P.A Nova cachoeirinha**

As últimas perguntas que foram feitas para os participantes do P.A. Nova Cachoeirinha versaram sobre o caminho percorrido durante o processo de reivindicação da terra até chegar no assentamento. Este caminho para quem vive na luta pela terra sabe que tem particularidades muito marcantes e para o assentamento em estudo não foi diferente.

A precariedade do início, os desafios durante o processo de reivindicação e na regularização da terra foram testemunhos centrais. É muito interessante perceber que os entrevistados sempre demonstram em seu discurso palavras de motivação que os fizeram chegar ao objetivo tão sonhado: a posse da terra.

Um ponto em comum apontado nas entrevistas como um dos maiores desafios foi a falta de energia elétrica. Durante os primeiros anos da ocupação não havia energia elétrica e os ocupantes viviam em barracos de lona. Aqui conseguimos perceber que há uma diferença considerável entre quem passou por esse processo e quem veio depois, preponderantemente via compra do direito a terra.

Outro desafio que é apontado pelos entrevistados foi a relação conturbada com o MTL. A participação do movimento confundiu muito a cabeça dos entrevistados sobretudo a respeito do processo de reforma agrária popular. A perspectiva adotada dos assentados entrevistados está ligada ao interesse individual e a conquista da propriedade privada. Não há mais relação ativa. Atualmente (2022) o assentamento é liderado por um presidente, onde as famílias formaram uma associação lidado apenas a questões burocráticas.

Uma outra questão que é levada em consideração enquanto desafio: a falta de apoio estatal em todos os momentos desde a ocupação. Os créditos e projetos de apoio estatal são apontados como insuficientes. Por conseguinte, a produção se torna limitada e pouco competitiva com as representações mais mercadológicas da Agricultura Familiar e Orgânica. O Entrevistado L afirmou um compilado de desafios enfrentados pelos moradores do P.A Nova Cachoeirinha: “não haver uma renda fixa e depender de recursos vindos do governo, condições precárias de moradia como saneamento básico e falta de energia elétrica, são os principais.”

E apontado também a dificuldade para acessar saúde e educação haja vista que precisam ir até a cidade para conseguirem atendimento médico. Não ter a segurança da proximidade de um bom hospital ou até mesmo um posto de saúde além de escola próxima que força as crianças irem para a cidade é apontado como um desafio cotidiano e de grande importância para quem vive no P.A Nova Cachoeirinha. O desafio coletivo colocado nas entrevistas é que consideram o processo de regularização lento, “de certa forma "injusto" com os moradores que fazem parte desde o início da criação, pois aguardam a regularização de todos os assentados, inclusive dos compradores, para obterem a titulação. Mas, sempre há esperança que vá dá certo!” Aqui chamamos a atenção para a esperança configurando como potência para a resistência na realização do sonho da posse da terra.

Por fim, uma avaliação feita por um dos entrevistados vale constar: “Por conta do movimento não ser mais ativo no assentamento, mesmo com uma associação considero as pessoas muito individualistas, onde só se preocupam com as ‘desistências’ quando a mesma prejudica diretamente os meios de desenvolvimento do beneficiário, seja por questões de documentos ou de bloqueios de recursos.”

Essa avaliação demonstra como a falta de união do grupo e do desespero por capitalização do território interfere nos processos burocráticos de quem quer realizar o sonho de ter sua terra. Por fim, cabe afirmar que esta realidade culmina na falta de organização do

assentamento que ficam desassistidos pelo fato de que o Estado que nem em extremos casos podem reconsiderar os processos burocráticos que para a população carente do campo pode ainda não ter conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem dois momentos na reforma agrária: o primeiro é quando se realiza o sonho de ter um pedaço de terra para viver, criar a família e tentar produzir. Momento de grande alegria. O segundo é aquele de transformar a terra e a produzir, processo muito mais complexo por estar ligado ao plano do cotidiano. No segundo momento, o papel do Estado, é diferencial para que seja possível a efetiva territorialização do assentado por meio da permanência.

As famílias devem ser compreendidas no construir e no reconstruir de um projeto para o futuro, em um movimento entre antigas e novas referências, considerando a vida como uma travessia, sendo delineada diante do trabalho na terra e os esforços para nela permanecerem. De fato, quem nasce e é criado no campo, mesmo que seja forçado a migrar para a cidade, em geral trará o campo dentro de si e o sonho de retornar ao campo estará sempre vivo. Esse caso tem a ver com as realidades vividas no P.A Nova Cachoeirinha.

A terra de trabalho é a fonte de manutenção da vida camponesa, uma vez que possibilita a concretização do saber-fazer da mulher e do homem em busca de um futuro possível. Nesse novo espaço, o desejo de permanecer na terra se revigora e, ainda, surgem novos incentivos pois uma condição melhor para viver se apresenta no horizonte das famílias. A busca da concretização de seus sonhos se fortalece alicerçada nos padrões de ações diárias, no modo de vida, nas estratégias de resistência às imposições do mercado, do Estado e dos mediadores no interior do assentamento.

Possivelmente, o projeto camponês é a vida em permanente construção e reconstrução. Uma história que está sendo escrita todos os dias, nas lavouras, com os sonhos, nas relações de gênero, no espaço da casa, por famílias e grupos, um modo de vida se fazendo, se desfazendo e se reconstituindo no movimento de negação e afirmação de valores, vontades e necessidades.

O objetivo geral da monografia é analisar o modo de transferência de titularidade do imóvel rural aos assentados rurais do INCRA assentamento PA Nova Cachoeirinha, Prata-MG. Podemos concluir que o processo que passa o assentamento estudado, não difere muito de outros exemplos de assentamentos no que se refere a burocracia envolvido no processo de titularidade. No entanto, no que se refere ao plano do cotidiano, é possível perceber que há um processo de individualização do lote no contexto do assentamento. Isso se dá perceptivelmente

pelo afastamento do MTL que organizava a luta. O processo de transferência de titularidade também é marcado no P.A Nova Cachoeirinha por uma migração de ocupação dos lotes.

A população do P.A Nova Cachoeirinha anseia por um movimento de ampliação dos direitos sociais dedicados a reforma agrária no estado de Minas Gerais para fincar suas raízes muito mais profundamente nos terrenos assentados. A falta de coletivização que é característica do assentamento pós afastamento do MTL causou ainda mais apoio para que os assentados consigam realizar seu sonho de viver em paz no espaço que lhes é convidativo e seguro sobretudo.

## REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. R. Os Movimentos Sociais Rurais e a Teoria geográfica. In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 11, 2006, **Anais do XVIII ENGA**, Rio de Janeiro, 2006.
- AZAMBUJA, C. I. S. **Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL)**. 2016. Disponível em <<http://acaonacionalunificada.blogspot.com/2016/07/movimento-terra-trabalho-e-liberdade-mtl.html>>. Acesso em: 14/06/2022.
- BRUMER, A. “Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul”. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, UFSC. p. 205-227, Florianópolis, 2004.
- CARVALHO, E. R. de. **A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: da criação dos movimentos socioterritoriais aos assentamentos rurais (1995 – 2005)**. 2007. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-Mg, 2007.
- CHELOTTI, M. C. A Instalação de Assentamentos Rurais e a Inserção de Novos Agentes no Espaço Agrário do Município de Sant’ana do Livramento - RS. **LAGEA**, 2003. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/dissertacoes.html>>. Acesso em: 15 de Dezembro de 2020.
- CLEPS JÚNIOR, J. (coord.). **Dataluta Minas Gerais: Relatório 2013**. Uberlândia, MG: LAGEA, 2014. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta\\_mg\\_2013.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta_mg_2013.pdf).. Acesso em: 13/06/2022.
- CLEPS JÚNIOR, J.; VINHA, J. F. de S. C. (coord.). **Dataluta Minas Gerais: Relatório 2016**. Uberlândia, MG: LAGEA: NATERRA, 2017.
- FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 11, 2006, **Anais do XVIII ENGA**, Rio de Janeiro, 2006.
- FERNANDES, B. M. **Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra: Formação e Territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERNANDES, B. M. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.
- FERNANDES, B. M. **O novo nome é agribusiness**. Presidente Prudente, 2004.
- FERNANDES, B. M. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança**. Presidente Prudente, Nera, 2003. Disponível em [http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA\\_RA.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf). Acesso em 03.06.2018.
- GERMER, C. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 259-284.



GIRARDI, E. P. (coord.). **DataLuta Brasil. Relatório 2016**. Presidente Prudente, SP: NERA, 2017.

GOHN, M. da G. **História dos Movimentos Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**, São Paulo: Loyola, 2001.

GOMES, R. M. Ofensiva do capital e transformações no mundo rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2004. 251f. Dissertação (Mestrado) Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-Mg, 2004.

GRZYBOWSKI, C. Movimentos Populares no Brasil: desafios e perspectivas. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 285-297.

IANNI, O. A. Formação do Proletariado Rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate de esquerda**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 127-146.

LOERA, P. Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolode; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 73-94.

MARTINS, J. de S. **A militarização da Questão Agrária no Brasil**. Vozes: Petrópolis, 1985.

MARTINS, J. de S. **O Sujeito Oculto: Ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2003.

MASSON, G. A.. **A Reforma Agrária como política pública de desenvolvimento: análise a partir dos Assentamentos Rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG**. Orientadora: Eliana Bolorino Canteiro Martins. 2016. 407 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) -- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, SP, 2016.

MASSON, G. A. Determinantes do desenvolvimento capitalista no campo em Minas Gerais: as lutas pela terra, suas diferentes manifestações e a reforma agrária como política social. In: BRUZIGUESSI, B. et. al. **Questão agrária e políticas públicas em minas gerais: conflitos sociais e alternativas populares**. Juiz de Fora: Editora Uffj, 2021. p. 49-66.

MEDEIROS, L. S. de. Impactos Históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 77-93.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE. **Documento de fundação: nova estratégia socialista**. Goiânia, agosto 2002. Disponível em: [http://www.geocities.ws/design\\_pe/mtl\\_oque.html](http://www.geocities.ws/design_pe/mtl_oque.html). Acesso: 16 de junho de 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. **Geografia das lutas no campo**. Contexto: São Paulo, 1988.

PACHECO, M. E. L. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 203-219.

PEREIRA, D.V. **Participação política, desenvolvimento territorial, e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) -Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2015.

PINTO, L. C. G. Reflexões sobre a Política Brasileira no Período de 1964-1994. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (abra)**, São Paulo, v. 25, n. 1, p.65-92, abr. 1995.

POLETTO, I. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.p. 137-159.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST.OSAL, **Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires. v. 6, n. 16. p. 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias:um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENA, Ana Esther;SADER, Emir. **La Guerra Infinita Hegemonia y Terror Mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 1997. p. 217-256.

SALLA, A. T.; FREITAS, M. V. **Movimentos Sociais: um estudo sobre o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade do município de Gurinhatã-MG**. Anais eletrônicos da V Semana de História do Pontal: Ituiutaba, 2017 p. 1-9. Disponível em <[https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/arielitamarasallamatheusvilelafreitas\\_0.pdf](https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/arielitamarasallamatheusvilelafreitas_0.pdf)> Acesso em: 25/06/2022.

SANTOS, P. **Estrangeirização de terras na região do Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba (MG):a produção de alimentos frente ao avanço da Bunge no município de Santa Juliana**. 2017. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2017.

SAUER, S. **Estado, Banco Mundial e protagonismo popular; o caso da reforma agrária de mercado no Brasil**. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs.). Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 285-314.

GRAZIANO DA SILVA, J. A reforma agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 165-190.

STÉDILE, J. P. Introdução. In: STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: O debate de esquerda**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 17-35.

VEIGA, J. E. da. **O que é Reforma Agrária?** Abril Cultural/Brasiliense: São Paulo, 1984.

VIEIRA, W. A. A. **territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas públicas: (des)encontros, desafios e conquistas**. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

VIEIRA, W. A.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, ano 18, n. 26, p. 183-203, 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. O Campesinato Brasileiro: Uma história de resistência. **Resr**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p.24-42, fev. 2015.

WELCH, C. A. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, n. 1, p.60-75, set. 2006.

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf-Mulher em Ijuí-RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2008.

## APÊNDICES

Apendice A – Entrevista semi-estruturada aplicada com as famílias do P.A Nova Cachoeirinha

- 1) Vocês moram no assentamento desde o início? Se não, moram a quanto tempo?
- 2) Quantas pessoas moram na sua casa? Qual a composição da Família?
- 3) Vocês vieram de onde?
- 4) O que vocês produzem no lote?
- 5) O que você acha que falta no assentamento que poderia ser ajudado pelo Governo?
- 6) Qual sua relação com a associação do assentamento?
- 7) qual a sua relação com o movimento MTL?
- 8) como você enxerga as políticas de crédito como o PRONAF? Você já teve acesso ao PRONAF?

Para quem estava desde o início:

- a) qual a principal motivação para a ocupação?
- b) quais as principais dificuldades enfrentadas durante esse período?
- c) como enxergam o papel do Incra no processo de regularização das terras ocupadas?
- e) como enxergam a venda das propriedades por parte de quem desistiu?